



# Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL



DIRECTOR  
HENRIQUE GALVÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO  
F. ALVES DE AZEVEDO

ADMINISTRADOR E EDITOR  
ANTÓNIO P. MURALHA

SEDE  
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º  
End. Telegráfico: MINERVA  
Telefone 24253  
PROPRIEDADE DA EMPRÊSA  
PORTUGAL COLÔNIAL

NÚMERO 54

PREÇO AVULSO  
Metrópole..... 3\$00  
Colónias..... 4\$00  
(ASSINATURAS)  
Metrópole (6 meses)... 18\$00  
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO  
OTTOSGRAFICA LIMITADA  
Conde Barão, 50 — LISBOA

## SUMÁRIO

A CAÇA NAS COLÓNIAS .....	Henrique Galvão
LOURENÇO CAYOLA .....	***
O ESTADO NOVO E OS FINS DA NAÇÃO .....	Francisco Leite Duarte
SEMANA DO CAFÉ COLONIAL .....	Carlos Galvão
PÁGINA LITERÁRIA—«A LÍNGUA...» .....	Berta Leite
MAGUIGUANA .....	Nunes dos Santos
ALERTA ESTÁ...! .....	Sertório
CARTAS DA ZAMBÉZIA.....	Francisco G. de Lacerda
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	R. André d'Hoirt e F. A. Oliveira Martins
CRÓNICA DO MÊS.....	Henrique Galvão
NOTAS DO MÊS.....	***
NO ESTRANJEIRO.....	***
IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS .....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA .....	***

# A CAÇA NAS COLÓNIAS

**A** caça nas colónias é, não sómente, um desporto interessante, verdadeira escola de coragem, serenidade e decisão, mas também um capítulo importantíssimo da organização turística e da atividade económica de cada uma.

Os caçadores ligam-lhe uma importância desmedida. Os que não são caçadores encaram-na como uma distração de que gostam e que, portanto, não tem importância. Uns exageram num sentido — outros, em sentido contrário. A paixão dos primeiros e a ausência de paixão dos segundos desloca constantemente o problema para fora do bom senso.

Ponhamos de parte o seu aspecto puramente desportivo.

Encaremos objectivamente um certo número de questões de ordem económica, relacionadas com o problema da caça e que bem merecem as atenções de quem é obrigado a ver as cousas, objectivamente, acima das paixões de uns e da indiferença dos outros.

Por motivo de condições naturais e porque as grandes perseguições venatórias nas colónias vizinhas têm determinado emigrações da fauna, temos hoje em África três colónias de grandes riquezas e recursos venatórios: Guiné, Angola e Moçambique. A Guiné a meia dúzia de dias de viagem da Europa, Angola a quatorze e Moçambique a vinte.

Certas regiões do Sul de Angola e os «tandos» da Gorongoza em Moçambique são verdadeiros paraísos de caçadores, que bem merecem fama mundial e disvelados cuidados nacionais.

O turismo internacional depois de ter exgotado tôdas as emoções que o velho mundo — e outros mundos já precoce-

mente envelhecidos — lhe oferecem, começa a procurar a África. E na África e ainda a caça, mais do que a beleza das cataratas e a exuberância dos palmares, mais do que os batuques e outras cenas da venda indígena, o grande elemento de atracção.

Contam-se já por milhares os turistas que todos os anos procuram a África e a Ásia e aí organizam copiosas caçadas, com proveito próprio, visto que os resultados são geralmente brilhantes — e em proveito para as colónias aonde se dirigem e aonde deixam em licenças, transportes, alimentação, hotéis, etc., importantes somas. Além disso o trânsito ou permanência, embora de curta duração, de pessoas que, em geral, pertencem às classes mais civilizadas, não são de somenos importância, nem factores para deixar de considerar. Serão eles quem promoverá o aperfeiçoamento da indústria hoteleira, a facilidade e a multiplicidade dos transportes e quem alimentará um certo número de pequenas atividades e indústrias que têm, incontestavelmente, o seu interesse para a economia das colónias.

Uns turistas arrastam outros. E pode voltar-se desiludido duma viagem turística pela Europa, dum cruzeiro nos fiords da Noruega, dum jornada no Niagara ou dum veraneio em Nice. Não se regressa desiludido duma excursão venatória em África.

Os encantos desportivos da caça, o pitoresco que oferece a vida bravia dos animais selvagens, a profunda modificação que têm de sofrer os hábitos do turista, esse glorioso sentimento de liberdade que se cria e se cultiva na vida intensa da selva fornecem emoções raras e atraentes,

a que se juntam maravilhas de paisagem, curiosidades inéditas da etnografia — e até surpresas agradáveis quanto a um clima tão caluniado e tão injustamente concebido por muitos europeus.

Sucedem ainda que as excursões venatórias nas colónias portuguesas — pelo menos em Angola e na Guiné — não são tão dispendiosas em tempo e dinheiro como muita gente supõe. E se de facto são ainda prazeres reservados aos ricos, o seu custo está todavia muito abaixo de certos cálculos que tenho ouvido a muitos dos que podendo ir, desejariam ir... mas não vão.

As condições privilegiadas de que, sob o ponto de vista venatório, dispõem algumas das nossas colónias de África e as vantagens que de tais condições se podem colher, obrigam naturalmente a considerar este problema de turismo e a estabelecer uma organização dentro da qual se desenvolva até aos limites amplos que deve atingir: regime de caça atraente (porque ainda o não é, perante certas dificuldades de lei fundada em preconceitos que se não justificam actualmente); estabelecimento efectivo e prático de reservas indígenas, como forma de protecção às espécies e fonte de receita compensadora das despesas que acarreta; facilidades aduaneiras para armas e munições de caçadores idóneos; fiscalização de caça entregue a agentes mais eficientes do que as inúteis e platónicas comissões venatórias; construção de aldeamentos de pernoita para caçadores, a exemplo do que existe no Krüger Park do Transvaal; etc. Enfim, uma organização que reduza dificuldades e aumente — sem matar a galinha dos ovos de ouro — a atracção deste prazer, que constitui um sonho de muitos europeus que tanto desejariam poder realizá-lo.

As Companhias de Navegação nacionais, com um sentido mais apurado dos

seus próprios interesses, do que aquêle que têm revelado, procuram prestar a este problema um auxílio precioso: organizando elas próprias, ou facilitando aos organizadores, por meio de reduções nas passagens, as excursões venatórias, em dois ou três meses no ano, contribuiriam para se formar uma corrente turística que havia de engrossar e que juntaria algumas unidades importantes aos seus movimentos de passageiros.

E a África aproximar-se-ia muito mais de nós — e muitos de nós ficariam a conhecê-la melhor, se é certo que mais aprende quem muito goza do que quem muito sofre, como dizia o velho d'Annunzio.

HENRIQUE GALVÃO

## I.º Cruzeiro de Férias às Colónias

Partiu no dia 10, a bordo do paquete «Moçambique», o 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias.

Já aqui pusemos em relêvo a importância e alcance deste empreendimento, que vai permitir a duas centenas de portugueses colher uma impressão, de-certo inolvidável, sobre as nossas colónias da costa ocidental de África.

Além doutras vantagens este Cruzeiro oferece a utilidade duma experiência. Sobre essa experiência podemos de futuro organizar novos cruzeiros, que possam estender-se até Moçambique e com itinerários mais interessantes.

A *Portugal Colonial* deseja a todos os excursionistas a melhor das viagens e endereça ao organizador, sr. dr. Augusto Cunha os mais efusivos cumprimentos e felicitações.

## A RADIOTELEFONIA E O IMPERIO

Estão removidas tôdas as dificuldades para a instalação, na Emissora Nacional, da nova estação de ondas curtas, que permitirá a ligação radiofónica de Lisboa com tôdas as colónias portuguesas.

Pelos cálculos feitos a nova estação pode estar a funcionar em Junho do próximo ano.

---

# LOURENÇO CAYOLA

Morreu Lourenço Cayola.

A-pesar-dos seus setenta e dois anos nada fazia prever o doloroso acontecimento. E por isso mesmo a notícia da sua morte deixou em tôda a gente desprevenida uma impressão de brutalidade, de violência, quási de revolta.

Desaparece com Lourenço Cayola não só um dos maiores homens de coração do nosso tempo, mas também um marechal ilustre da causa colonial portuguesa.

A sua actividade, que se multiplicou através de uma vida de trabalho insano, no jornalismo, na literatura, na política, deu-se estremecidamente à propaganda e ao estudo das cousas coloniais, com um entusiasmo, um vigor e uma persistência, que foram das melhores contribuições individuais de que a causa dispôs nos últimos cem anos.

À sua acção como jornalista e como professor da Escola Colonial deve a causa colonial portuguesa, não só trabalhos que foram dos melhores e mais equilibrados do seu tempo, mas também o alimento dum fogo sagrado que os homens de hoje, mais numerosos e esclarecidos, atearam mais alto e mais quente — mas que

pouco seria se o não tem conservado, através de quási uma centena de anos, homens como Lourenço Cayola.

A «Portugal Colonial» sentindo profundamente a perda do ilustre colonia-



lista apresenta ao país e à família de Lourenço Cayola as mais comovidas condolências.

# O Estado Novo e os fins da Nação

PELO DR. FRANCISCO LEITE DUARTE

**S**ERIA ousada, demasiadamente fácil e errada a pretensão de condensar numa palavra o sentido da hora que a humanidade atravessa: Não digamos que a palavra foi dada por Deus aos homens para ocultarem os seus sentimentos mas não tenhamos a esperança de resumir numa palavra o complexo das vontades, dos sentimentos e das ideias desta massa de milhões de homens a que pertencemos como pobres unidades transitórias neste ano de graça de 1955.

Mas com o aviso prévio do erro que vamos cometer, apenas como méra, relativa verdade, da pequena verdade, com v pequeno que passa tangencialmente junto da Eterna Verdade olhando o momento confuso, dramático que o Mundo atravessa, temos que reconhecer nêle como sua qualidade mais nítida esta, a sua instabilidade, instabilidade na ordem dos bens materiais, instabilidade na ordem social, instabilidade nos conceitos da política, instabilidade por fim nos dados de metafísica e na inquietação dos espíritos religiosos.

Este estado de crise tudo avassala e quando olhamos o século que morreu em 1914 para êle vai um olhar de saudade de quem recorda a felicidade perdida.

Efectivamente êsse tempo tão próximo mas que parece tão longe de nós parecia conter em si o segrêdo da estabilidade de tudo quanto passa pelo nosso espírito e pelo nosso coração.

Na segurança dos papéis de crédito, via o capitalista assegurado o fausto dos seus últimos dias; o operário via a certeza de seu trabalho e a segurança de seu salário; o homem de Estado a regrada postura de suas clientelas e a permanência garantida do seu direito de usar e de abusar e o próprio homem de ciência na illusória verdade do seu

positivismo, já se julgava sacerdote da derradeira e da eterna religião.

Como bem observa um filósofo americano, no século passado, princípios uniformes regiam ao mesmo tempo todo o pensamento humano e assim os dados do evolucionismo eram ciência certa com uniforme aplicação tanto nos domínios da paleontologia, da botânica e da zoologia como no campo tão misterioso e insondável da própria vida da humanidade.

Evolucionismo explicava tão comodamente a viagem da célula primitiva até ao homem com passagem pelos vários apeadeiros dos seus intermédios, como dava a chave e permitia prognósticos seguros sobre o nascer, idade adulta e morte das civilizações.

Êsse estado espírito de falso prejuízo científico, êsse orgulho imenso veiu afinal a decair na vil tristeza de quem tudo nega.

Hoje, hora de instabilidade e por isso de crise fazemos uma inexorável revisão de todas as avaliações assentes e acrescentamos ao desequilíbrio da hora que passa ainda êste exagêro fazemos tábula rasa de tudo quanto foi o ideal dos nossos pais e ou decaímos no mais dissolvente dos nihilismos de quem tudo nega ou elevamos ao nosso orgulho de detemos a nova, imutável e eterna verdade.

Meus senhores, quando disse nós, estava pensando no panorama desconcertante que nos oferece a nova Europa. As conveniências impõem que não concretisemos os exemplos lá de fora mas a boa razão manda que em confronto com o caso português retiremos para nosso uso e para uso de estranhos o último, mais alto significado da revolução Portuguesa.

Partindo da forma para a essência dos acontecimentos que se desenrolaram no nosso país desde de 28 de Maio de 1926 até ao presente, devemos reconhecer em primeiro

lugar que não foi um partido, que não foi uma facção, não foi uma classe económica ou social que destronou entre nós a forma de governo da chamada democracia parlamentar.

Foi pelo contrário uma organização, a mais representativa da vontade nacional, na qual os novos renascentes, os burgueses e os filhos do povo, tinham sua real representação tanto nas alturas como na massa anónima dos mandados: o exército português.

Esta isenção de grupos ou de facções deu logo uma feição original à revolução portuguesa: Porém, vencedor o exército, a soberania do Estado seria exercida por uma Ditadura Militar. Mas esta nova forma do exercício do poder estava ainda longe do temperamento nacional, afeito a ser governado de maneira ainda mais plenamente representativa que os inimigos da nova situação descortinaram nesta divergência entre a forma do Governo e o espírito do País a falência da revolução que começava.

Esta foi a ilusão que permitiu a alguns portugueses o conluio com estranhos e levou outros de boa fé às revoltas que dominadas puzeram à prova o espírito de sacrifício do exército e puzeram a descoberto a sua espiritual isenção.

O exército mais uma vez vencedor, nobremente abandonou a sua posição transitória de domínio, o povo consagrou na eleição do nobilíssimo Chefe de Estado às ideias de renovação que êle representava e pelo exercício do sufrágio implicitamente convertia a Ditadura Militar numa Ditadura Nacional.

Esta nova feição do movimento de 28 de Maio não encontrou correspondência nos movimentos anti-democráticos dos nossos dias e deve-se, é de justiça proclamá-lo, ao nobilíssimo desinteresse do exército primeiramente, e depois a consciência cívica do povo português.

Tais foram as duas atitudes que harmoniosamente concorreram para a segunda e felicíssima fase da situação política criada pelas reacções de 28 de Maio.

Todavia não é entrar demasiadamente no pormenor dos acontecimentos afirmar que ela teve como seu guia incontestável a figura tão desprendida de vaidades e de tão segura decisão que foi S. Ex.<sup>a</sup> o General Carmona.

E ao escolher na ordem civil o actual chefe do Governo e ao conferir-lhe o prestígio da sua dedicada fé e confiança, o Chefe do Es-

tado tinha-se antecedido ao juízo da Nação e revelara a mais rara qualidade da soberania: Saber nomear.

Pelo voto da Nação e pela isenção do exército morrera a Ditadura Militar e surgira a Ditadura Nacional, mas perante esta depurava-se o problema de converter em realidades indiscutíveis as aspirações formuladas em 28 de Maio.

Então os cada vez mais reduzidos antagonistas do novo Estado proclamavam que de uma Ditadura somente se podia sair pela porta sanguinolenta das revoluções.

O Senhor Doutor Oliveira Salazar, concitado assim ao campo político, seguiu rumo diverso.

Com um claro sentido das realidades compreendeu que a ordem política seria insubsistente e precária se antes a Ditadura não lhe tivesse preparado a base da reorganização financeira do País. E quando a ordem e o equilíbrio das finanças tiveram a sua primeira demonstração os políticos de café acharam o caso tão comensinho, como o de quem põe em ordem as contas de uma mercearia modesta.

Mas ao realizar o maravilhoso ajustamento das finanças as possibilidades do país e ao dar a base necessária na ordem material à nova construção jurídico-política do Estado, o actual chefe do Governo garantia à nova organização do Estado as condições basilares da sua permanência.

«Primum vivere deinde philosophare».

Nesta encruzilhada dos acontecimentos já pode a nossa visão distinguir uma nova especialidade, uma inédita particularidade que coloca a Revolução portuguesa num plano superior ao de outras revoluções que em nossos dias surgiram contra o regime democrático parlamentar.

Camíhou-se aqui com passo decidido em terreno firme porque sobre a ordem económica-financeira se construiu com segurança o edifício espiritual da nova ordem política.

Esta outra originalidade do caso português explica não somente a solidez do Estado Novo, como o interesse do Mundo para o que, com geral louvor, é chamado lá fora a lição de Portugal.

Assim, meus senhores, foi, então, possível encarar a solução de problema político português em pleno sentido das realidades.

Assegurada na ordem do Estado a uma nova estabilidade, o nacionalismo português

original e diferente de outros pelos rumos que seguira, encontrava nos princípios políticos do Estado novo um espírito próprio, distinto das outras revoluções a que aludi.

Não se enfeudara inicialmente nem a um partido nem a uma classe; garantiria a seguir a sua permanência organizando a sua administração, as suas finanças e preparando para mais desafogada vida a própria economia e finalmente ao proclamar e ao realizar os seus princípios políticos distanciou-se com tanta prudência da tirania das teorias como do arbitrio dos empirismos.

A União Nacional e depois a Constituição em vigor, permitiam o livre acesso de todos os Portugueses de boa vontade aos quadros do Estado Novo independentemente da fé política ou de confissões religiosas.

Mas, mais do que tanto, acentuou-se no novo Estatuto do Estado que o nacionalismo português subordinava todo o seu sistema e todos os seus fins à moral e ao direito.

No artigo 4.º da Constituição declarou-se expressamente que a Soberania do Estado, na ordem interna é limitada pela moral e pelo Direito e na externa reconheceu-se, ao lado do respeito devido às normas e convenções internacionais livremente aceites pelo País, que do nosso Estado cumpre cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade.

Escusado é acentuar a transcendência de semelhantes normas no quadro geral das ideias que dividem o Mundo.

Bastará notar mais esta especialidade da Revolução Nacional.

Originada num acto de força militar, ainda que incruente, ao cabo da sua tarefa de reforma constitucional, o novo sistema ao mesmo tempo que se repudiava a suposta democracia parlamentar marcava mais uma vez a originalidade dos ideais em oposição a outros regimes ditatoriais da hora que passa, pois que subordinara a acção e fins do próprio Estado não à tirania de um partido, não aos princípios imperialistas que antepõem a força ao direito, mas pelo contrário, autolimitando na ordem interna e na ordem internacional a vida do Estado Português às regras generosas do direito da justiça e da Paz.

As ligeiras reflexões que fizemos acerca do mal da incerteza e da instabilidade que é o mais vivo sinal da crise mundial poderiam ser neste momento repetidos para se concluir

que a profunda revolução operada neste País é também o anúncio de uma nova fase de estabilidade e de equilíbrio e que de certo modo Portugal pela sua experiência, pela sua sugestiva lição oferece ao mundo porventura a fórmula que todos os países virão total ou parcialmente a seguir mais tarde.

Sob este ponto de vista se contém em aparente contradição na originalidade do nosso nacionalismo, aquelas regras de equilíbrio que por convirem a todos os povos de civilização semelhante se podem considerar universais.

Se assim como Portugal se antecipou a todas as nações da Europa em defesa do princípio da autoridade, da liberdade e da responsabilidade do Governo, podemos verificar que na altura já atingida pela Revolução Nacional ela representa também na verdade uma meditada e salutar reacção contra os exagêros e os vícios de certos nacionalismos dominantes.

Tais são as ligeiras considerações, que dentro do tempo limitado de que dispomos, desejavamos fazer sobre a trajetória, sobre as tendências do movimento que foi iniciado em 28 de Maio de 1926.

---

### Povoamento europeu no Congo belga

Segundo um quadro publicado no *Essor Colonial et Maritime* a população de raça branca no Congo belga que, em 1 de Janeiro de 1930, era de 25.679 almas, desceu para 18.721 em 1933 e 17.588 em 1934. Em 1935 acusa um ligeiro aumento pois as estatísticas revelam a existência de 17.845 habitantes de raça branca.

Deste número 66,21 % são belgas. Os portugueses contribuem com 9,27 ocupando o segundo lugar entre a população estrangeira na qual há 9,87 % de italianos e 7,03 de ingleses.

Depois de 1933 a percentagem da população de nacionalidade belga em relação à dos estrangeiros tem aumentado constantemente.

---

### Excursão Venatória a Angola

No paquete "Moçambique," que conduz o Cruzeiro de Férias às Colónias seguiram os caçadores espanhóis que constituem a 1.ª excursão venatória a Angola oficialmente patrocinada.

Os caçadores que serão aguardados em Luanda pelo coronel sr. Brandão Melo seguem depois ao Lobito onde os espera o grande caçador Teodósio Cabral. Guiados por este demorar-se-ão durante um mês caçando no vale do Cunene, na região delimitada pelos portos de Capelongo, Mulondo, Cassinga e Mufa.

# Semana do Café Colonial

*Conferência realizada pelo seu organizador, sr. Carlos Galvão na sessão de encerramento da Semana do Café, na Sociedade de Geografia de Lisboa.*

**S**EREI breve, não porque a matéria com que pretendo entreter V. Ex.<sup>as</sup> não seja vasta; mas unicamente pelo respeito que devo à paciência com que V. Ex.<sup>as</sup> se dispuzeram a ouvir-me.

Não posso certamente oferecer a V. Ex.<sup>as</sup> uma palestra interessante sobre assunto tão áridamente comercial. Se o café como bebida é um suave companheiro de ócios, assistente quasi indispensável de agradáveis cavaqueiras—é pobre de evocações para tema de agradável dissertação. Mais uma razão portanto para ser breve dirão V. Ex.<sup>as</sup> Assim o farei!

Cabe-me como organizador da «Semana do Café Colonial» dizer a V. Ex.<sup>as</sup> o que ela pretendeu ser, o que foi na realidade, os resultados que dela se tiraram e, de entre estes os que se podem aproveitar a bem da economia de algumas das nossas Colónias.

Dissertemos um pouco sobre o valor do café como factor de riqueza do Império e sobre a situação a que se encontra reduzido. O café é dos produtos coloniais um dos mais ricos; o seu cultivo nas nossas colónias vem de longa data—êle representa na riqueza de cada uma das colónias que o cultiva: numas o maior, noutras um dos maiores valores de exportação. Em Timor a totalidade das suas exportações é representada quasi exclusivamente pelo café; em Angola, depois dos diamantes e do milho, é o café o maior valor exportável; em S. Tomé é o segundo depois do cacau e, finalmente, em Cabo Verde é o terceiro depois da purgueira e do sal.

A cultura do café naquelas colónias anda ligada a existência de algumas centenas de milhares de portugueses, tão portugueses como os nossos minhotos ou beirões. O café é nelas elemento primordial de riqueza das suas populações e esteio em que se apoiam as suas mais legítimas e consistentes esperanças de melhores dias.

A cultura do Café é dentro das necessidades de ocupação das nossas colónias uma

realidade tanto sob o ponto de vista económico como sob o ponto de vista político. Referindo-me especialmente a Angola, por ser de todas as nossas colónias aquela a quem mais interessa a propaganda que é objecto das minhas palavras e onde, pela sua vastidão, as exigências de ocupação são mais instantes direi a V. Ex.<sup>as</sup> que do milhar de explorações agrícolas que nelas se fazem, mais de um terço dedica a sua actividade à cultura do café.

Se deitarmos um golpe de vista retrospectivo sobre os acontecimentos trágicos que antecederam e acompanharam a ocupação dos territórios, onde as culturas de café se fazem, não podemos deixar de nos lembrar do Congo, dos Dembos e do Amboim e Seles como títulos evocativos das mais sangrentas tragédias da nossa História Colonial.

Pode dizer-se quasi que cada pé de café das plantações que ali existem foi regado com o sangue dos seus fundadores.

Sabendo-se que esta cultura se faz principalmente na zona interplanáltica que se estende do Congo a terras de Mossamedes, e que é nesta zona que se vem fixando principalmente a imigração alemã, com as suas quarenta ou cinquenta fazendas agrícolas, as explorações pertencentes a portugueses são ali como uma barreira natural contra possíveis veleidades de ocupação mais larga que estranhos possam alimentar.

Se a esta idea do que é a cultura do café nas nossas Colónias como elemento de vida das suas populações e como factor político de ocupação, juntarmos a dos impostos e contribuições que directa ou indirectamente dele e dos seus produtos advem para os cofres dos respectivos Governos, concluiremos que o café é na economia do Império um elemento de riqueza imprescindível no seu triplo aspecto social, político e económico, que convém proteger e valorizar cada vez mais.

As plantações de café das nossas Colónias e, sobretudo de Angola, devem ser considerados como os valores máximos do activo de cada uma. Uma plantação de café, é diferente das plantações vulgares anuais ou rotativas. Uma plantação de café é a hipoteca de



uma ou várias existências humanas à sorte dos seus produtos. Desvalorizar estes ou abandoná-los, é inutilizar todo o esforço de uma geração, é condenar a uma sorte irremediável o maior trabalho de colonização que até hoje se tem feito nas nossas Colónias.

Pois, minhas Senhoras e meus Senhores, a-pesar-da excepcional importância que o café tem dentro da economia portuguesa, é ele, seguramente, de todos os produtos das nossas Colónias, aquele que menos protecção tem tido. Vêmo-lo andar como hóspede indesejável de mercado para mercado, aceite hoje, escorraçado amanhã, diminuído por acção mais eficaz dos seus concorrentes e até esquecido nos nossos tratados de comércio.

Em Portugal, onde naturalmente lhe deveria estar reservado um lugar certo, inamovível, sofre ele de idênticas vicissitudes, usurpados os seus legítimos direitos por cafés de outras origens e, o que é pior, escamoteado ao consumo público, trocado por ridículas imitações, que as nossas leis sancionam. Dir-se-ia que sobre a vida dos cafés portugueses pesa como um anátema o negrume da sua própria côr.

O espectáculo das rimas e rimas de sacos existentes nos entrepostos alfandegários, à espera de quem os compre, perdendo todos os dias valor pela sobrecarga de despesas de entreposagem demorada, cavando fundo a ruína dos seus produtores, é mais um sintoma do abandono a que se votou um dos mais valiosos factores da economia das nossas Colónias.

O café é dentro da riqueza do Império um valor que se não pode perder e sobre o qual devem incidir especiais cuidados de quem governa. Tais cuidados devem ser dirigidos no sentido de proteger e valorizar a produção actual e também no do seu alargamento. E não se vá dizer, com base no retraimento dos seus mercados consumidores, que é contra indicado qualquer aumento de produção. Há muitos países, dos mais populosos, onde o café quasi se não consome, onde apenas se inicia o seu uso, que podem vir a ser seus mercados. Há outros, e grandes consumidores que, por razões de ordem geográfica, deverão ser fornecidos pelas nossas Colónias e que o não são por simples deficiências que o tempo corrigirá. Outros ainda que o consumirão se nos tratados de comércio o não esquecerem. E finalmente até o nosso país oferece possibilidades de consumo que, por

si só, constituem promessa real de colocação da nossa actual produção e do muito que, além dela, se venha a produzir.

Evidentemente que todas as medidas tendentes a melhorar as condições actuais de produção do café nas nossas Colónias e a aumentá-la, devem ser antecedidas e acompanhadas de uma acção intensa de propaganda no sentido do alargamento do seu consumo: Em Portugal, para tornar possível a colocação das disponibilidades da produção actual—no Estrangeiro, para a conquista de novos mercados que consumam o excedente desta e o que a mais se venha a produzir.

Pelo que diz respeito à situação dos nossos cafés dentro dos nossos mercados é injustificável o que se passa. O aumento do seu consumo pela preferência sobre os estrangeiros, pela proibição das misturas e pela divulgação do seu uso, não prejudica nenhum sector da produção metropolitana. Seria esta a única circunstância que até certo ponto explicaria qualquer relutância do meio em aceitar os cafés das nossas Colónias. Mas bem pelo contrário os produtores da metrópole só têm a lucrar com o aumento do seu consumo que trará como consequência imediata o alargamento da capacidade de compra dos mercados coloniais.

Portugal minhas senhoras e meus senhores, é o único mercado certo para os nossos cafés. É necessário portanto garantir, nos mercados portugueses, aos cafés portugueses, a posição que, por direito de origem, lhes pertence.

Foi esta a idea que originou a «Semana do Café Colonial» que a sanção do Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ministro das Colónias permitiu que se puzesse em marcha. O facto de se escolherem os cafés das nossas Colónias como objectivo de uma propaganda oficial, a primeira que visa a defesa de um produto colonial, elucidará V. Ex.<sup>as</sup> completamente sobre a importância que elles têm dentro da economia do Império e sobre os intuitos que animam o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro das Colónias de os defender dos males que vêm sofrendo.

O problema dos cafés portugueses, de cuja gravidade dei a V. Ex.<sup>as</sup> uma pálida idea, tem vários aspectos: Uns que derivam de defeitos de origem, desorganização da produção, falta de assistência técnica nas culturas, errados critérios sobre a escolha das variedades que melhor convém, vícios de preparação para exportação, etc. que exigem estudos e acção

local demorados—outros originados por simples deficiências meramente comerciais para cuja solução são requeridas medidas rápidas e práticas.

A «Semana do Café Colonial» pretendeu ser o primeiro passo no combate a estas deficiências. Se a considerarmos como um acontecimento isolado dentro dos oito dias da sua duração, ela quíz fazer a simples demonstração de que os cafés das nossas Colónias, quanto a qualidade, em nada ficam devendo aos melhores que nos habituamos a fazer vir de outros países. A prova foi feita e os resultados são concludentes.

Venderam-se de um dia para o outro cerca de nove toneladas de cafés portugueses, em misturas dos seus diversos tipos. Estas nove toneladas produziram cerca de um milhão de chávenas de saborosa bebida, por todos recebida com agrado e por preço correspondente à sua qualidade. Pode garantir-se portanto que uma centena do milhar de apreciadores tiveram oportunidade de formar uma opinião sobre a verdade que a Agência Geral das Colónias revelou. Não se pode dizer que tenha sido exiguo o plebiscito feito para confirmação de tal verdade e não será pois hipótese que repugne aceitar a da substituição dos bons cafés estrangeiros pelos das nossas Colónias.

Há um certo e determinado número de interesses criados que contrariam esta substituição—que para justificarem a sua atitude alardeiam a sua incredulidade na finalidade de propaganda a que agora se deu comêço. Afirmam êles que os cafés portugueses de boas qualidades não existem em quantidades suficientes para as necessidades do país e que os seus preços são de tal forma elevados que tornam impossível a sua concorrência com os estrangeiros. Eis o que é necessário desmentir: As nossas Colónias produzem para cima de 2.000 toneladas de cafés das melhores qualidades, quantidade esta que é sensivelmente o dôbro das necessidades do país. Quere dizer: Temos ainda disponibilidades de cafés finos para um consumo cem por cento maior do que o actual. Quanto a preços é à primeira vista aceitável a reserva feita. De facto os nossos cafés de primeira qualidade são bastante mais caros do que os seus similares de outras origens, mas entre os de diversas procedências das nossas Colónias há uma grande variedade de preços. Assim um café arábica de 1.<sup>a</sup> de Timor custa cerca

de Esc. 50\$00 menos do que um idêntico de S. Tomé. Ora, os arábicas de Timor que são, pela sua grande produção, a garantia de abastecimento do país, poderão vir de um momento para o outro para condições de preço mais favoráveis se as despesas de transporte forem diminuídas por qualquer convênio com as linhas de navegação que daquela Ilha para aqui o trazem.

Mas, minhas senhoras e meus senhores, nem os cafés de primeira qualidade que fazemos vir do estrangeiro nem os portugueses de categoria idêntica vos são fornecidos na sua pureza. São-no sim em lotes em que êles figuram como retificativos dos cafés mais baixos, dos cafés mais baratos. Ora as Colónias portuguesas produzem cafés baixos de muito melhor qualidade do que os que nos vêm de fora e muito mais baratos. Desta forma pode afirmar-se que os preços médios dos lotes estrangeiros e portugueses que são oferecidos ao consumo se equivalem.

Fez-se a «Semana do Café Colonial». Cumpriu ela inteiramente o programa que a orientou. Concretizada a demonstração que dela saiu com as verdades que acaço de afirmar a V. Ex.<sup>as</sup> parece-me que é fácil de alcançar uma vitória completa no sentido dos objectivos que a animaram.

Mas para tanto é exiguo o que se fez, pois se deve contar com a acção contrária dos interesses a que já me referi, que não deixará de se manifestar desde hoje em diante. Esta acção só pode ser neutralizada pela permanência na propaganda agora iniciada. Assim a «Semana do Café Colonial» devia transformar-se num acontecimento periódico, alimentador dos bons e desinteressados desejos de consumidor em colaborar numa obra de nacionalização. Para cabal consecução dos objectivos a que visa deveria ser aumentada dos meios de combate a outras deficiências que entravam o aumento do consumo dos nossos cafés: As misturas e a fraca divulgação do seu uso.

Partindo da hipótese de que a «Semana do Café Colonial» é um organismo de propaganda permanente, a Semana que hoje se encerra é um primeiro ciclo dessa propaganda, que pretendeu atacar o problema no seu aspecto de mais fácil solução.

Mas há outros aspectos que é necessário atacar a bem do desejado aumento de consumo, que implicam outras modalidades de propaganda.

O café, que em qualquer parte do mundo é um produto definido, íntegro, de características naturais que o impõem ao agrado de quem o experimenta—e isto até nos países que o não produzem—sofre em Portugal verdadeiros tratos de polé—deformam-no, anulam-lhe o sabor, mascaram-no até ao irreconhecível, pelas misturas das mais variadas matérias, umas que a lei permite, outras que à sombra desta condescendência legal a fantasia dos comerciantes menos escrupulosos se julga no direito de inventar.

E isto faz-se, minhas senhoras e meus senhores, num país que tem uma super-abundância de cafés. E as leis permitem que isto se faça. Atribue-se esta complacência das leis a necessidades de ordem económica e higiénica dos consumidores. Então porque se não permite a venda de vinho com água, se há muita gente que o não pode beber puro, porque se não permite a adição à farinha de outros produtos de menos preço que tornem o pão mais barato?

Passam-se coisas extraordinárias com os nossos pobre cafés. Houve um tempo em que se permitia a incorporação de cacau no café de consumo. Esta mistura tinha um certo fundamento: neutralisar a acção cáldida do cacau como bebida de consumo corrente e aumentava o poder alimentar de café, pela adição dos princípios gordurosos do cacau. Foi proibida esta mistura porque prejudicava a pureza de um e outro produto.

Agora permite-se a mistura da cevada e do *grão preto!* e abriu-se o caminho a todos os abusos que permitem um lucro fácil embora à custa da saúde do consumidor. Façam V. Ex.<sup>as</sup> os comentários que o caso comporta.

É necessário que a rigidez das leis que defendem a pureza dos produtos alimentares, defendendo ao mesmo tempo consumidores e produtores, sejam extensivas aos productos das nossas Colónias, que são tão portugueses como o trigo, o vinho ou as conservas.

Não se resolve o caso no entanto só com a intervenção de leis. É necessário uma acção íntensa de reeducação do paladar do consumidor prevertido pela acção dos vendedores de misturas. Esta reeducação só é possível por uma propaganda tenaz dos cafés puros que os temos para todos os preços. «O môd d'ordre» dessa propaganda deverá ser: «Vale mais o café mais barato das nossas Colónias do que a mistura mais cara que se encontre no mercado».

A propaganda dirigida neste sentido cabe bem no programa da «Semana do Café Colonial»—organismo de propaganda de carácter permanente.

Se a V. Ex.<sup>as</sup> disser que se podem computar em iguais cifras o café que se consome em Portugal e as misturas várias que, com o seu nome, se vendem, sabendo-se que o consumo daquele é em números redondos, de 5.000 toneladas, farão V. Ex.<sup>as</sup> uma ideia aproximada do quanto a economia das nossas Colónias lucrará pela substituição gradual, que, a propaganda opere, das misturas pelo café puro.

Portugal, sendo um país produtor de café é um dos países do mundo onde o seu consumo por habitante é mais pequeno. Consequência, repito, do abuso das misturas e da fraca divulgação do seu uso.

Diz-se que uma das razões principais do pouco uso que no nosso país se faz do café, é o dos fracos salários das suas classes trabalhadoras. Mas mesmo aqui a verdade dos factos anda um pouco deturpada. Um café de Angola puro, pode custar entre 8 a 9 escudos o kilo. Dez gramas fazem uma boa chávena de café. Portanto com 13 ou 14 centavos, incluído o açúcar, qualquer pessoa pode ter uma refeição de café diária. Parece-me que é despesa que qualquer orçamento, até o mais exíguo pode comportar.

Dêste consumo de dez gramas por habitante resultaria um consumo total anual de café, de cerca de 20.000 toneladas. Teríamos resolvido o problema dos nossos cafés no seu aspecto actual de dificuldade de colocação, teríamos aberto ao futuro da nossa produção colonial novas possibilidades de riqueza.

Isto minhas senhoras e meus senhores, não é pintar-vos o futuro dos nossos cafés com cores enganadoras. O que acabo de revelar-lhes não é mais do que um balanço das possibilidades que só por si oferece o mercado metropolitano para colocação dos cafés portugueses. Estas possibilidades são reais e uma propaganda íntensa torná-las-ia gradualmente em proveitosa realidade.

Nacionalização dos mercados metropolitanos do café, reeducação do paladar do consumidor, até abolição completa do uso de misturas, divulgação do seu uso em Portugal—são estes os três polos de uma propaganda que é necessário organizar e fixar como a continuidade da que hoje se encerra.

A Agência Geral das Colónias a quem cabe a iniciativa da «Semana do Café Colonial» não deixará que se percam os resultados que agora se colheram e procurará certamente completar a sua obra de propaganda, encarando as necessidades desta, de acôrdo com os vários aspectos do problema a resolver.

«A Semana do Café Colonial» não teve a pretensão de resolver o problema dos cafés portugueses, nem a sua continuidade, a dar-se, o fará. A propaganda que agora se fez e a que possivelmente se venha a fazer nada será se os produtores e os importadores de cafés das nossas Colónias se não organizarem. Esta organização é imprescindível. A fixação de tipos, a constituição de lotes, a organização das disponibilidades e sua distribuição pelos diversos mercados do país, tantas condições exigidas para uma organização eficiente do negócio dos cafés, não poderão conseguir-se sem uma associação basilar dos primeiros interessados no assunto. Eu sei como hoje é difícil encontrar no seio dos interessados uma comunhão de pontos de vista que torne possível esta associação de interesses. Dificultada a proporções exâgeradas a venda dos seus produtos, cada produtor ou importador vê no seu colega um concorrente indesejável. Daí uma animosidade que se não sente mas se manifesta pela prática de todos os actos isolados dum verdadeiro «salve-se quem puder». Todos nós vemos hoje os benefícios que da organização do negócio do milho colonial advieram para a economia da nossa província de Angola. Não é, suponho, um contra-senso preconizar para os cafés uma organização similar. Reüniu-se há meses a Conferência Nacional do Café. Nela se discutiu com toda a elevação tudo o que interessava à economia dos cafés coloniais. Nela se preconizou a criação do Instituto do Café, organismo de funções complexas mas necessário, que, quando criado, interferirá em todos os aspectos do problema desde a sua produção até ao seu comércio. Mas a situação é de natureza a exigir medidas imediatas de acção que se não condoem com as demoras que a criação de um organismo tão complexo necessariamente implica.

Temos nós que reconhecer que a actual desorganização do comércio de cafés fornece razões que justificam a importação que se faz de cafés estrangeiros. O açambarcamento das boas qualidades dos nossos cafés coloniais que aparecem em Lisboa, o desvio para

outros mercados de grandes quantidades destas mesmas qualidades, que se opera pela exportação directa das nossas Colónias e, no que se refere ao Norte do país, principal reduto dos cafés estrangeiros, a falta de um entreposto colonial no Pôrto que permita ao comércio dali o poder negociar livremente com cafés coloniais.

São estas as causas principais da vinda dos cafés estrangeiros. O caso especial do Pôrto é preciso ser ponderado, não vá dizer-se, em desabono do espirito bem português do seu comércio, que êle prefere sem qualquer razão os cafés estrangeiros aos nossos. O comércio do Pôrto tem uma categoria que é necessário reconhecer-lhe e não quer para as suas transações estar dependente de qualquer forma do comércio de Lisboa.

Ora tôdas estas deficiências e defeitos de organização poderiam ser corrigidos pela acção de um organismo de carácter excepcionalmente prático, que tivesse a seu cargo a orientação superior do comércio de cafés coloniais em Portugal. Que fizesse afluir a Lisboa as quantidades de cafés finos necessários ao consumo, que fixasse tipos, organizasse lotes, procedesse a distribuição equitativa pelos mercados metropolitanos, segundo as necessidades do seu comércio, e que conseguisse mercados no estrangeiro para a colocação das disponibilidades existentes depois de satisfeitas as necessidades do país.

Sem a existência dêste organismo, que seria, digamos, o «Grémio dos produtores e importadores de cafés coloniais», toda a propaganda que se faça resulta improdutiva. E será de lamentar que se não aproveite o espirito agora desperto no país pela «Semana do Café Colonial» para resolver um dos problemas que mais interessa à economia das nossas Colónias.

Se é difícil, pela única acção dos interessados, organizar a associação de interesses que acabo de preconizar, à muito fácil ao Estado impô-lo. A Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias, cuja boa vontade em proteger um dos maiores valores económicos das nossas Colónias ficou bem vincada com a autorização da sua propaganda, não deixará o assunto de merecer a atenção devida.

A «Semana do Café Colonial» fez-se com sete contos de subsídio oficial. Teve uma expansão muito superior ao que seria de esperar de tão exíguos recursos. Realizou-se du-

rante a semana que hoje finda simultâneamente em Lisboa, Pôrto, Coímbra e restantes cidades do país. Tratando-se do lançamento de dois lotes para apreciadores de café seguiu-se na propaganda o critério de que só às cidades êle interessava. Durante a semana houve em todos êsses centros de população 500 estabelecimentos da especialidade que venderam e recomendaram aos seus clientes os lotes preparados com cafés das nossas Colónias. Fez-se uma propaganda intensa em todo o país por cartazes, placards, plaquettes, folhetos, números especiais de revistas e de jornais de grande circulação. Montou-se um pôsto oficial de vendas de café à chávana em Lisboa e montaram-se dois pôstos de provas gratuitas em Lisboa e no Pôrto. Com tão pouco dinheiro era impossível fazer mais.

Houve quem discordasse da forma porque a propaganda foi feita e outros que discordaram dela em absoluto, achando-a inoportuna. Uns queriam o café de graça, outros simplesmente que êle fôsse mais barato. Uns que descreíam do seu sucesso e que nos negaram o seu concurso, outros que só o deram depois de constatarem o seu êxito. Houve até uma Associação no Pôrto, e digo o nome para que se saiba, a Associação dos Comerciantes do Pôrto, que veio públicamente, em publicidade tendenciosa, comunicar o seu desinteresse pela propaganda, esquecendo que

na qualidade de organismo officioso lhe competia o dever tratando-se de uma iniciativa oficial, de guardar uma certa reserva quanto a atitudes hostis contra ela.

Mas a porção de boas vontades que se colocaram ao nosso lado conseguiram vencer tôdas as correntes contrárias. Os Srs. Governadores Cívis das capitais de Distrito, Administradores de Concelho de outras cidades, Câmaras Municipais e Comissões da União Nacional, solicitadas a colaborar conosco, deram o melhor do seu esforço e demonstraram mais uma vez o quanto com todos se pode contar quando se trata de defender o interesse nacional.

A «Semana do Café Colonial» organizou-se e efectivou-se em 40 dias. Seria impossível, sem o conjunto de boas vontades a que me refiro, fazer tanto em tão pouco tempo.

Terminando, minhas senhoras e meus senhores, eu faço votos por que se não percam os resultados reais da propaganda que hoje se encerra. Na esperança de que assim não aconteça lembrou-se o Sr. Agente Geral das Colónias, de facultar a V. Ex.<sup>as</sup> uma prova de um tipo de café popular com que, na eventual continuação da «Semana do Café Colonial», se procurará divulgar junto das classes pobres o uso do café, do café português. Tenho dito.

---

---

ANGOLA

---

---



---

---

O mais rudimentar  
transporte fluvial

---

---



# Página literária

**N**UMA das mais interessantes demonstrações da filosofia de Esopo, quando se presume que era ainda escravo o famoso grego um tanto lendário à volta do qual giram as mais espirituosas anedotas, conta-se que, o Patrão o encarregou de ir ao mercado comprar o que de melhor lá encontrasse, um dia que tinha a jantar uns Amigos, a quem desejava obsequiar.

Esopo foi, e voltou trazendo línguas. Uns dias depois tendo o mesmo Senhor a jantar umas pessoas a quem desejava ser desagradável, mandou de novo o servo ao mercado, comprar o que de pior lá houvesse. Esopo obedeceu e trouxe... línguas. Interrogado então pelo Amo que julgara compreender o alto critério do criado, Esopo respondeu:

«A língua é o que há de melhor porque «serve para louvar a Deus, e as virtudes do «próximo.  
«E é igualmente o que há de pior porque «serve para blasfemar contra Deus e amaldiçoar o próximo.»

.....  
Não receiem os ilustres lingüistas e escri-

## “A LÍNGUA...”

POR

**BERTA LEITE**

tugueses se habituaram a falar, há relativamente pouco tempo.

Os nossos intelectuais que se ocuparam do assunto atacaram o facto eloqüentemente, espirituosamente mesmo por vezes, mas ainda insuficientemente.

É indispensável conservar intacta a imparcialidade desapaixonada para se ter razão.

Vejamos a língua serenamente como ela é, e não como os outros a querem.

O português é de Portugal, d'aquem e d'além Mar.

O português é de quem o sabe falar e amar.

Não implora nem rasteja, ergue-se em todo o esplendor da sua presença divina, como a mais bela afirmação da vitalidade da Raça.

(Conclue na página 18)

# MAGUIGUANA

POR NUNES DOS SANTOS

*Aluno da E. S. C.*

**A** cerca de 270 quilómetros da florescente cidade de Lourenço Marques e a 7 da fronteira transvaaliana, ergue-se, a meio de uma clareira rasgada entre espessos maciços de mato agreste, o sóbrio monumento comemorativo da prisão e morte do Maguiguana.

Ali fomos, pela primeira vez, em 1930. E, muito embora a curta permanência em terras de África não fôsse ainda suficiente para radicar no nosso espírito o amor e o carinho que hoje sentimos por êsses prolongamentos da Mãi-Pátria, a-pesar-de conhecermos, então apenas vagamente, o que foi, no último quartel do século passado, a nossa acção em terras de Moçambique, foi com estranha comoção que nos descobrimos em presença do singelo padrão que ali perpetua o último golpe, vibrado pelo braço potente de Mousinho de Albuquerque, no poderio do Imperador de Gaza.

Tudo concorre para emprestar ao local um ambiente solene.

Além, ao fundo da encosta, serpenteando por entre luxuriante vegetação que nêle vai beber a vida, passa o Rio Uanetzi, caprichoso e variável, ora constituindo, sob a acção das chuvas, uma verdadeira torrente, ora transformando-se, evaporado pelo sol tropical, num manso e inofensivo ribeiro que facilmente se traspõe a vau.

Do outro lado do rio, a margem esquerda, erguida quasi abruptamente sobre a superficie liquida, lança nela o reflexo emaranhado de milhares de plantas, de braços que se espreguicam, de troncos que se torcem e se quequebram, e por entre os quais não é por vezes difficil perceber quer o arripiante «cantar» do leão, quer o ondular, magestoso mas traicoeiro, do corpanzil malhado do leopardo.

Depois, à medida que, vindos do rio, nos aproximamos do monumento, temos a nítida impressão de que vamos entrar num país de fábula, cujo soberano nos desse por guarda de honra os braços espinhosos das «Micaias»,

sentinelas pérfidas dos caminhos de África. À esquerda e à direita da clareira, vedando perfeitamente qualquer tentativa de mais ampla visão, isolando-nos do restante território, lá estão pois, no cumprimento fiel da sua missão, os auxiliares ali postos pela natureza, como se esta quizesse guardar àvaramente a memória do feito que, outrora, ali cimentou a honra e o poder de Portugal.

E para mais acentuar a nota selvática, o horizonte é fechado, a ocidente, pelo dorso pedregoso dos Libombos, de que o sol naquela radiosa manhã de Agosto, arrancava lampejos metálicos, reflexos longínquos e duradoiros do voltear estonteante das espadas lusitanas, na sua árdua tarefa de conquistar glórias para a Pátria.

Foi, pois, na moldura estranha do Mapuanguene que o administrador Toscano, um dos bravos e modestos companheiros de Mousinho, mandou erigir o austero monumento. Foi também ali que, em 10 de Agosto de 1897, terminou seus dias o maior cabo de guerra que a gente de Moçambique viu erguer-se do seu seio, o bravo Maguiguana a quem o Imperador concedera as maiores prerogativas.

Contemos.

Tinha já decorrido cerca de ano e meio sobre o miraculoso aprisionamento do Gunghana, levado a cabo por Mousinho de Albuquerque. A-pesar-disso, os povos de Gaza continuavam a manifestar atitudes hostis a Portugal, confiados talvez no prestígio e na valentia do Maguiguana, que pretendia impôr ao govêrno português o regresso do Mudungaz, então já desterrado nos Açores.

Em 31 de Março daquele ano de 1897, era dado a Mousinho conhecimento official da revolta levantada em Gaza por Maguiguana e Jambul.

Se é certo que, de forma alguma se deve justificar a attitude assumida por êsses dois chefes indígenas, visto que a causa fundamental da rebelião era illegítima, versões há também que attribuem a violências, cometidas por autoridades europeias, a origem da rela-

tiva rapidez e grande intensidade com que os factos se succederam.

Seja porém como fôr, o certo é que em 10 de Julho do mesmo ano, Mousinho de Albuquerque, saíu de Marracuene, levando consigo cavalaria, quartel general e um combóio de munições. Cinco dias depois já o valente capitão se encontrava no Chibuto, tendo a 16 recebido mais de 20 dos régulos da região, que foram prestar-lhe as suas homenagens.

Finalmente, a 20 de Julho de 1897, foi publicada às tropas portuguesas a ordem de marcha, cuja execução levou o pequeno núcleo a combate no dia 21.

Não é nossa intenção relatar aqui, pormenorizadamente, o que foi o glorioso combate de Macontene. Não pretendemos fazer história, sobretudo depois das descrições eloqüentes de brilhantes escritores que, a partir dessa memorável data, têm empregado seus esforços em vincar, para conhecimento das gerações futuras, o heroísmo desinteressado e bem português do punhado de gente que defrontou os 5.000 homens das Mangas do Magui-guana.

Pretendemos tão sómente resumir com lógica o desenrolar dos acontecimentos, para chegarmos ao ponto que especialmente nos ocupa.

Após o combate, e como soubesse que os dois chefes de guerra tinham fugido na direcção do Mapulanguene, o incansável Mousinho resolveu dar-lhes perseguição, para que de vez terminasse a já célebre campanha de Gaza.

E assim, retomando a marcha, a pequena hoste portuguesa passou sucessivamente em Metanguana, Mabunda, Vomene, Chicolo e atingiu, no dia 8 de Agosto, o Guijá.

Uma vez aí, Mousinho dividiu os seus homens, dos quais apenas 30 praças de cavalaria e 30 cipaíes de Gaza o acompanhavam. Os restantes ficaram a construir o posto militar, sem dúvida um dos mais úteis pontos estratégicos para a hipótese de futuras operações.

Entretanto, a perseguição continuou, e, a 10 de Agosto, o Magui-guana era cercado em Mapulanguene. Ao vêr-se apanhado, o único pensamento do velho guerreiro foi defender-se, vender cara a vida, opôr em-fim à persistência indómita de Mousinho de Albuquerque, a rasgada expressão da sua inegável valentia.

E assim, a sua carabina trabalhou sem

cessar, chegando a ferir, na coxa direita, o então alferes Vieira da Rocha. Uma outra bala, disparada já depois de João Massabulana lhe ter varado as pernas com um tiro magistral, foi atingir na mão direita o cabo ferrador da polícia do Maputo, Manuel Joaquim, a quem de facto cabe o orgulho de abater para sempre o último alicerce do Império Vátua.

Estava terminada a campanha. Mais uma vez o nome ilustre do exército nacional tinha sido erguido às culminâncias da glória, levado competentemente pelo homem que, à colónia de Moçambique, soube dedicar a quasi totalidade da sua vida.

Mas, as coisas são como são e não como deviam ser. Poucos dias depois de cometer o acto que acabamos de citar, recebeu o valeroso capitão a primeira paga do seu sacrifício, a que, aliás elle soube responder por forma suficientemente comprovativa da nobreza de carácter que sempre o acompanhou.

Tempos antes e com o fim de mais depressa terminar a campanha em que o país andava empenhado, tinha Mousinho de Albuquerque pedido ao govêrno metropolitano mais soldados. Pois bem; em lugar do auxílio solicitado, o ilustre colonial recebeu, pelo contrário, um telegrama cheio de conselhos, próprio de quem, ignorando completamente o meio em que era necessário operar, avaliava talvez pelo comodismo em que vivia, o excessivo vagar com que as coisas se faziam.

A êsse telegrama enviou Mousinho a seguinte resposta: «*Pedi soldados, não pedi conselhos*».

Estava iniciada a ingrata luta que, alguns anos mais tarde, levaria o herói ao suicídio.

\* \* \*

É possível que, desta desprezenciosa rezenha, alguns queiram deduzir que foi intenção nossa mostrar a inutilidade do esforço dispendido por Mousinho de Albuquerque e seus companheiros.

Bem diferente foi, todavia, o nosso intento, que consiste justamente em apontar como são e como vivem os verdadeiros portugueses, aqueles que na História sabem marcar nitidamente o traço inconfundível da sua obra.

Não foi a ingratidão dos homens da sua época que celebrou Mousinho, mas a fé pa-



triotica que sempre conservou. Por muito propício que lhe fôsse o destino, por grande e estrondosa que houvesse sido a fama grandjeada entre os seus amigos—que os teve também—, Mousinho jámais conseguiria deixar um nome de posteridade, se, a êsse nome, não estivessem ligados actos revaladores da existência constante de uma crença sincera no futuro do torrão pátrio.

E essa figura gigantesca, êsse colosso de heróico patriotismo deve constituir dentro do ambiente dos nossos dias, o clarão orientador dos que, após a devida e indispensável preparação, se dirigem aos territórios de além-mar.

Aos verdadeiros administradores do porvir, a máscara forte de Mousinho deve servir sempre de modelo de energia, fonte de revigoramento da vontade e original sagrado a que todos, sem excepção, procurarão assemelhar-se.

É bem certo que a luta de hoje não apresenta já, felizmente, o aspecto sangrento da que se travou outrora. Mas, isso não significa que aos novos construtores não seja necessário um conjunto de qualidades especiais, de cuja aplicação resultará o engrandecimento sólido e duradoiro, do nosso Império.

Nem todos os que vão para as colónias lá deviam ir; mas, como a inversa também é verdadeira, segue-se que se torna imprescindível cimentar, ao mesmo tempo e com igual intensidade, quer a apreensão de um maior número de conhecimentos coloniais, quer o desenvolvimento, por uma forma eficaz, da compreensão do valor e do significado que representa a posse de tão dilatados territórios.

Para fazer reviver uma geração semelhante à de 1895-1897, a tarefa a realizar é certamente difícil. Confiemos, porém, na acção contínua dos órgãos a que, na Metrópole, incumbe a delicada missão de criar a verdadeira «élite» que no futuro irá executar os destinos de Portugal Ultramarino.

Se assim fizermos, teremos a garantia de ser consciente e bem orientada a rota da nau que, além-oceano, irá gravando, no mar imenso dos tempos, o caminho ascensional por onde soubemos conduzir muitos milhões de gentes atrasadas.

10 - AGOSTO - 1935

PORTUGAL COLONIAL

# Alerta está...!

(A Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Berta Leite)

**O**vosso brado de "Alerta por Portugal," que agora nos trouxe o número de Abril da revista, não encontrou ninguém a dormir neste sector avançado das fileiras coloniais.

ALERTA ESTÁ... é o grito com que todos vos respondemos, grandes e pequenos, novos e velhos, ricos e pobres.

Soldados de Portugal, com a alma já temperada pelo Sol dos Trópicos, com o coração já crestado pela ventania do deserto, com a sensibilidade embotada pela aridez da vida, pela ausência da família, pela falta de carinhos, estão ALERTA e nada os perturba.

Nós, que já nos habituámos a brincar com a Morte, que a vemos todos os dias nos raios ardentes do Sol que nos alumia, nas águas lodosas dos pântanos que nos cercam, nos rugidos selvagens das feras que nos espreitam, no rastejar subtil das serpentes que nos bordam os caminhos, nada nos perturba e nada tememos.

ALERTA por Portugal! Senhora sim! Sempre ALERTA e tranquilos—sempre ALERTA e serenos.

Vós não sabeis, não podeis calcular, como nós os ausentes encaramos a nossa PÁTRIA, o nosso PORTUGAL.

É necessária a separação, é precisa a distância para o poder compreender!

Os sentimentos mais ternos das nossas almas, os laços mais sedutores que nos prendiam à vida, os carinhos de nossas mães, a delicadeza das nossas noivas, a meiguice de nossas irmãs, vão-se diluindo a pouco e pouco, através do tempo e do espaço em saudade triste, em lembrança fagueira; vão-se transformando num outro sentimento que empolga toda a nossa existência, noutra ideia que domina todo o nosso sentir—A PÁTRIA.

Mas êsse sentimento, essa ideia, já não tem a poesia suave e terna das primaveras da nossa terra; já não tem o encanto alegre e perfumado das rosas de Portugal.

Essa poesia, êsse encanto, queimou-os o sol dos Trópicos; queimou-os a aridez da vida! Transformaram-se em egoísmo feroz, em avidez selvagem, em desejo louco!

Para nós a Pátria, já não é DONA amada a quem o gardingo medieval sacrificava a vida com um sorriso e um beijo.

Já não é imagem querida a quem no nosso coração erguemos um altar de flores e de sonho.

Para nós a Pátria é o bocado que o tigre esfomeado defende com as garras e com os dentes contra tudo e contra todos.

É o filho recém-nascido que a leoa enraivecida cobre com toda a sua indomável ferocidade.

E se abutres se aproximam para lhos tirar, saberão como os tigres se defendem, saberão como morrem os leões!

Eu não creio Senhora, que haja homens civilizados, tão pouco escrupulosos da limpeza da sua história, tão pouco respeitadores das gloriosas tradições dos seus antepassados, que à mão armada se atrevam a querer roubar os seus próprios irmãos de raça contra todos os direitos, dando assim lugar a que a humanidade inteira lhes estampe na face um ferrete ignominioso; mas se a tanto chegasse a indignidade humana, se homens civilizados descesse à categoria de bandidos, teriam de se defrontar com feras; teriam de sacrificar olho por olho, dente

por dente, porque o primeiro só passaria por cima do cadaver do último.

Senhora, dizeis bem. "O Mundo não é o Céu,"—As palavras sublimes de Jesus temo-las no fundo da nossa alma, no mais recondito dos nossos corações; Vêm-nos à boca quando nas noites lindas de luar nos preparamos para o repouso; vêm-nos à memória quando nas manhãs sorridentes de luz nos preparamos para a lide; mas quando o trovão ribomba—quando o raio estala—quando o furacão varre com furiosa impetuosidade a superfície da terra, então é o próprio trovão, é o próprio raio, é o próprio furacão que nos gritam:

ÀS ARMAS, ÀS ARMAS,  
PELA PÁTRIA LUTAR.

E nós, que ainda nos lembramos de Ourique, que ainda nos não esquecemos de Aljubarrota, face erguida ao vento—cabeça erguida ao raio, respondemos com fervor, com entusiasmo e com fé:

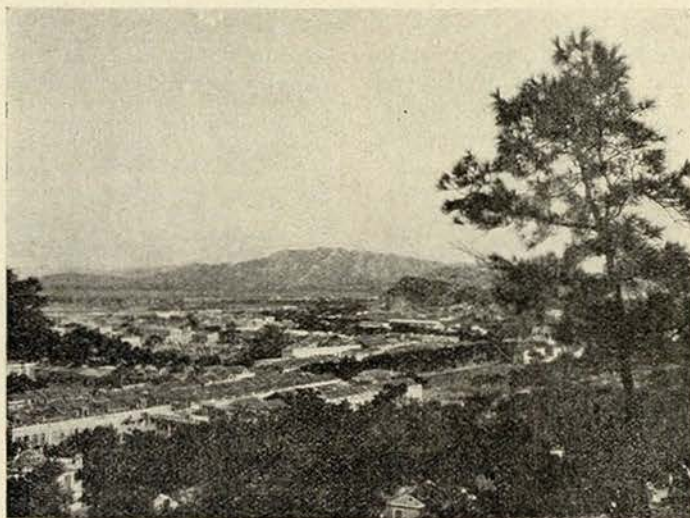
HERÓIS DO MAR, NOBRE POVO,  
NAÇÃO VALENTE, IMORTAL!

Descansai Senhora, sim! ALERTA ESTÁ... é a resposta que vos envia a África.

QUELIMANE — JULHO DE 1935.

SERTÓRIO.

MACAU



Vista panorâmica  
da cidade

## “A LÍNGUA...”

(Conclusão da página 14)

Longe de Portugal o português fala-se a rezar e ouve-se a chorar.

O português é ainda o orgulho dos naturais da nossa África bemdita, que, aos que lhes chamam pretos, respondem entre desgostos e indignados: «Prêto não, português.»

O português não necessita ser Ofertório, porque já é Elevação.

Esses brasileiros não merecem o nosso amuo.

E enquanto de entre nós os mais indignados vão além dum protesto violento e deixam transparecer a repulsa pela usurpação,—os mais moderados limitam-se a admirar-lhes a falta de patriotismo.

¿Pensarão realmente êsses deputados que a passagem dos portugueses pelo Brasil não fez avançar mais o seu país que na mudança da língua?

Sendo assim, o que se compreende mal, é que queiram adoptar pomposamente êsse dialecto português, quando «a língua brasileira» é afinal a que falavam até ao ano de 1500 os índios tupiniquins indígenas de Pôrto Seguro, na terra que os Descobridores Portugueses chamaram de Santa Cruz.

.....  
¿O que diria Esopo mais da língua, se previsse que ela serviria ainda mais tarde para se negar a si própria, como o filho renega o Pai e o miraculado descrê do milagre que o chamou à Vida?

Agosto, 1935.

# Cartas da Zambézia

POR FRANCISCO GAVICHO DE LACERDA

**N**O último número 49, da esplêndida Revista de expansão e propaganda do Império português, *Portugal Colonial*, vimos com muita satisfação, digamos mesmo alegria, na secção "Consultório", uma pergunta feita por um seu leitor, que diz, estar saturado de viajar na Europa, e nós acrescentaremos, de percorrer Séca e Méca, e vales de Santarém, deseja vir até África, e perguntava qual o melhor itinerário a seguir, visto, já não ser novo, vir acompanhado de sua esposa, receiar o clima, e a falta de comodidades.

Dizemos alegria, por vermos, que começa a criar-se, uma corrente de visitantes ao nosso Império Colonial.

A resposta, que a ilustre redacção lhe deu, seria a mesma que lhe daríamos, se a nós, nos tivesse sido dirigida tal pergunta.

Todos os portugueses que anualmente vão para o estrangeiro, como o digno consultor muito bem diz, gastar somas fabulosas, teriam em África cousas inéditas para ver, panoramas surpreendentes a observar, que os deslumbrariam, muito superiores àquelles que, avidamente procuram por toda a velha Europa, que já lhes deu, o que tinha a dar.

Quantos outros, não vão quasi periodicamente, para as termas e praias, sem ser para beneficiar a sua saúde, mas sim unicamente por snobismo, não andariam muito melhor, se a bordo de qualquer dos vapores das nossas companhias de navegação, viessem dar um passeio, hoje, até Angola, amanhã, um pouco mais longe, a Moçambique?

Quanto mais proveitoso lhes seria, para a sua distração, prazer e conhecimentos, verem o que nas nossas colónias há feito, por portugueses como eles?

Os nossos "sportmans", e automobilistas, com as facilidades, já hoje dadas pelos nossos vapores, poderiam trazer seus carros, desembarcando em Angola, ou Lobito, vendo o que há feito naquela importantíssima província, seguindo depois até à região mais mineira de todo o mundo, a Katanga, as Rodésias, a União Sul Africana, percorrendo milhares de quilómetros de ótimas estradas, nada inferiores às da Europa, visitando as suas florescentes cidades, como, Kimberley, Salusbury, Bulevayo, Durban e outras, não esquecendo a cidade de ouro, Johannesburg, cidade como ninguém julga haver em África. Sempre no seu carro, poderiam ainda ver as célebres quedas de água do rio Zambeze, pelos ingleses conhecidas por *Victoria Falls*, onde veria restos da nossa primitiva passagem por aquêle ponto.

Descendo ao longo do Zambeze, teria ocasião de entrar em Sena, onde tantas reliquias da nossa penetração pelo Zambeze acima se lhe deparariam e onde seus olhos, ficariam deslumbrados pela mais importante obra metalúrgica dos tempos modernos, a ponte sobre o Zambeze, cuja inauguração se fará em breve.

Não podendo fazer esta viagem, por ser mais dispendiosa, e nem todos poderem adquirir um bom carro, a bordo de qualquer dos nossos vapores, deverá visitar

Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Moçambique, onde todos os que, por cá trabalham para a verdadeira consolidação do nosso Império Colonial, os receberiam jubilosos e de braços abertos.

Estas viagens, já hoje são feitas por companhias de navegação estrangeiras. Porque é que as nossas, pelo menos uma vez por ano, não inauguram um periplo de África? Ividentemente a preços acessíveis a todas as bolsas, e no regresso poderiam carregar para Marselha. Se receiam que não dê a receita para a despesa, o actual Governo que tanto tem feito em prol do nosso Império Colonial, talvez não lhes recusasse um auxílio, se lhe fôsse pedido.

É preciso que todos venham ver e conhecer o nosso Império Colonial, que todos por ele se interessem, não receiando a falta de comodidades, pois aqui, hoje as há eguaes, senão superiores às da Europa, nem mesmo o clima, que em geral costuma poupar os que cá vêm em visita, não devendo no entanto, nas alturas da linha equatorial, deixar de tomar diariamente, uma pequena dose de quinino.

Corroborando o que dizemos, vimos nos últimos jornais, a notícia que o *Mundo Português*, esplêndida publicação editada pela Agência Geral das Colónias e pelo Secretariado de Propaganda Nacional, estar organizando "um cruzeiro de férias", às colónias. Com que alegria vimos tal notícia?! Será essa viagem, não só de recreio, como de estudo, na qual, professores e alunos, terão ocasião de conhecerem *de visu*, o sumatório de trabalho, capital, energia e atividade, empregados pelo braço português, no nosso Império Colonial.

Essa, e outras que, de futuro sem dúvida se lhe seguirão, serão a melhor, e mais activa campanha a favor da causa colonial, que deve ser sagrada para todos nós.

Todo o português, digno deste nome, com o que nos devemos ufanar, deve visitar e conhecer o nosso Império Colonial, e aquêle que não o possa fazer, tem as publicações congêneres para ler; e nem romances, nem obras literárias, lhe serão mais instrutivas do que aquelas, devendo todos envergonharem-se de serem as nossas belezas, cidades, vilas e monumentos, espalhados pelas nossas colónias, conhecidas mais por estranhos, do que pelos próprios descendentes que tais feitos obraram.

Finalizando, diremos que o único fulcro, onde deve girar a nossa política colonial, necessariamente tem de ser, não só no culto sagrado do nosso glorioso passado de navegadores, que ao mundo demos novos mundos, como também no amor às nossas colónias, fazendo viver o que são, quanto valem, o que produzem, e o que poderão ser no futuro, para assim, de cabeça bem levantada, podermos dizer ao mundo inteiro, que assim como fomos os primeiros navegadores, somos também os melhores colonizadores, como o provam e atestam, as nossas colónias espalhadas por todos esses mares, e o alto grau de civilização a que chegaram.

ZAMBÉZIA—CARUNGO, 4/6/1935.

# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

T R A N S

Opinião colonial belga ainda está indignada e agitada por causa de certos artigos — de dois principalmente que visaram espalhar na Itália, a respeito do nosso Congo, e da Bélgica, noções nitidamente falsas e maldosas. Sem quereremos iniciar uma polémica (a artigos em questão não valem esse trabalho), parece-nos necessário pôr as cousas no seu lugar.

É conveniente frizar — que a imprensa italiana de destaque, e incluímos nela os nossos colegas coloniais — não publicaram nada que possa melindrar o belga mais susceptível...

Os artigos, são do "Ottobre", órgão dum grupo de jovens fascistas da vanguarda, o outro é uma folha de província — da qual nunca ouvimos falar até agora — de expansão muito limitada.

Se a censura não existisse na Itália, ninguém teria perdido tempo a discutir tais artigos, que — como não ver — constituem para os seus autores a condenação mais severa. Mas, existe a censura...

Este estado de coisas, fez-nos ver, em todos os artigos publicados na Itália, a expressão officiosa do pensamento governamental. O caso seria efectivamente assim, se a censura fôsse idêntica à que funcionara na Bélgica ocupada, onde a Anastasia Germânica via tudo antes da publicação; a censura italiana age de outra maneira: a redacção do jornal deve praticar a "auto-censura", e impedir o que lhe parece inofensivo ao interesse nacional. A primeira edição da folha é levada imediatamente à prefeitura, onde um censor a lê, e eventualmente propõe a supressão dos números dum jornal que contenham artigos inadmissíveis. Isto dá um resultado inevitável: certos números escapam à supressão.

Mas voltemos aos artigos anti-belgas. Realmente, não sabemos se devemos indignar-nos, ou se devemos rir.

## Itália-Abissínia e a Bélgica

Do "Essor Colonial et Maritime,"

O jornal "Ottobre", teve a desagradável experiência da supressão. Da inserção dessa prosa, só podemos sugerir uma explicação: obra dum péssimo gosto, dum inimigo do jornal, ou dum doído... Fazia calor, o director gosava as suas férias na praia, o redactor-chefe no campo, o seu substituto, teria saído a tomar o fresco. Um tipo precisou dum artigo, e, à falta de encher, arranjou a primeira cousa que lhe caiu nas mãos. Podemos fazer um resumo do tal artigo: é o desenvolvimento dum "informação", anunciando a revolta unânime dos congolenses indígenas, mais o exodo dos brancos salvos dum morte certa refugiando-se em Léopoldville, onde o domínio belga existiria ainda, e por fim, a descrição da emoção na Bélgica!!... Tudo isto quer ser mau, e é apenas risível.

O outro artigo foi publicado em Génova, num jornal intitulado "O Século XIX", por um tal "Cipollu", que diz ser veterano da nossa colónia.

Fiel ao seu título-programa, o jornal e o seu redactor publicam antiguidades de trinta a cinquenta anos; essas histórias "à la Casement", e outros enforcados aos quais a história faz justiça. Aliás, o pobre "sr. Cipollu", não se incomoda com a lógica;

critica e fala mal da obra colonial congoleza, exaltando "in-peto", o mérito dos italianos que nela participaram. Apesar da ressurreição de calúnias já fora de uso, o autor parece não acreditar muito no que conta... Mostra sentir-se muito aborrecido por atacar os Belgas, e está furioso com eles, porque eles ajudam a Etiópia, armam-na, ensinam os guerreiros que talvez, brevemente, lutarão contra o exército italiano, o nosso bom aliado da guerra. Este sentimento, afinal, é compreensível nos meios populares, os quais, na Itália como algures, não entendem nada de política nem de direito internacional.

Tôda a gente, lá como aqui, sabe que a situação entre a Itália e a Abissínia está em grande tensão, que os exércitos estão prontos a dar início às hostilidades: os meios pouco cultos, na podem conceber que países ami-

(Conclui na página 22)

PORTUGAL COLONIAL

# COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA  
PORTU-  
GUESA

QUANDO da "Semana das Colónias", coube-me fazer aos alunos do Curso Industrial da Casa Pia, coisa parecida com uma conferência que subordinei ao seguinte tema, *A acção colonizadora da Casa Pia e o pensamento político colonial do Estado Novo*.

Ora, como do título se infere, através do que disse, foi objectivo primeiro reviver no espírito dos alunos o pensamento humanitário e prático do Intendente Pina Manique, sucessor de Verney e Ribeiro Sanches, pedagogo eminente, fundador da primeira universidade popular e técnica, realização que subordinou ao maior aproveitamento dos pupilos que a sua acção misericordiosa ia salvando do infortúnio, votando uns às ciências, outros às artes e, finalmente outros, de ambos os sexos às indústrias, mas sujeitando tôdas as actividades ao pensamento larguíssimo, do comum benefício.

É ocasião de recordar: o afã caridoso do magistrado ia ao ponto de enfurecer o Lisboa, administrador da Casa Pia, pois Manique, perante as lágrimas da velhice, da viuvez e da orfandade, não sabia negar auxílio ou asilo. Embora o Lisboa afirmasse estar esgotadas as lotações e as verbas donde saíam os subsídios, o Intendente ia despachando sempre, enxugando, assim, os olhos aos pobres de Lisboa, seu termo e até aos de paragens remotas, mas justificando-se, logo afirmava — *Deus bem sabe a razão porque assim faço, coitadinhos, eu não tenho ânimo de os ver assim, pobres, tolos e miseráveis... Confieemos na Providência...*

Padrinho de muitos dos filhos das prostitutas que recolhera e iam a bom caminho da regeneração, era-lhe alegria máxima ser recebido no pátio grande do castelo, em festa, pelo rapazio que lhe beijava as mãos, carinhosamente, vendo nêlo o grande pai.

Salvador e aplicador de actividades, aos cientistas e mesteiros, seguindo pensamento bem orientado, enviava às localidades a colonizar, tanto na metrópole e ilhas adjacentes, como nas próprias colónias. No desejo de tornar mais efectivo o seu processo promovia casamentos entre os órfãos e as próprias órfãs; assim diremos que só no dia dos anos da rainha no ano de 1786, saíram do recolhimento de Santa Isabel 41 órfãs, dotadas, vestidas e casadas com fabricantes, também órfãos recolhidos, e que foram estabelecer-se com os seus officios na Vila de Santo

António de Arenilha, no Algarve, vila da fundação de Pombal e cuja

existência tão ligada está à tragédia de monte Gordo. Depois, foi pensamento meu, uma vez revivido o mundo primitivo da Instituição, lembrar as palavras do nesse momento, Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro, a cujos discursos fui buscar o que considerei ser o pensamento político colonial do Estado Novo, no tocante aos processos científicos de colonização preconizados.

Ora, através desse pensamento encontramos pontos de absoluta identidade com o norte da actividade do Intendente Pina Manique, e por isso lembrámos, quanto conveniente seria aplicar, como outrora, muitas das boas

actividades que progredem na Casa Pia, como excelentes e valiosos elementos, que podem ser, na realização colonizadora a efectivar. Mas, no intuito de mais valorizar esses excelentes elementos também lembrámos, na presença do actual Ministro das Colónias, então Sub-Secretário de Estado dessa pasta, quanto conveniente seria a criação no estabelecimento a que nos vimos referindo, dum *Curso elementar de Co-*

Pensamentos que revivem

## A Casa Pia na colonização

Do "Diário da Manhã,"

lónias, que os alunos destinados à vida colonial frequentariam, ficando, assim, senhores dum notável ascendente sobre quaisquer outros elementos colonizadores da sua categoria operária, pois ao Curso Industrial me refiro, não querendo isto dizer que num tal sistema não possa ser, com vantagem, abrangido o *Curso Comercial*.

Da execução do exposto resultariam dois grandes benefícios: o primeiro conseqüente da criação dum novo processo de colocação, muitas vezes difícil, dos alunos; e o segundo, do encontro de elementos colonizadores, cuja especial preparação, por si só, constituirá uma garantia de êxito colonizador.

Pôsto o preâmbulo explicativo, vamos ao encontro do objecto destas linhas.

Dias volvidos sobre a exposição do acima sintetizado, e continuando a trabalhar sobre a matéria em questão a que me dedico encontrei com alvoroço uma série de artigos do conhecido filólogo Caldas Aulete, datada de 1855, tendo por objecto o historiar, sucintamente, a *Casa Pia do Castelo*, isto, quando a instituição, já, desde 1833,

se encontrava no edificio dos Jerónimos, em Belém; finalizando o seu estudo Caldas Aulette lembra que o pensamento de casar os órfãos com as próprias órfãs, em dadas circunstâncias, parece-nos que podia ser uma ideia aplicável, ainda hoje, com grande vantagem dos alunos e do País, mandando estes casais para as possessões ultramarinas, depois de se lhes haver para isso previamente ministrado uma instrução apropriada, vindo assim estes colonos utilísimos nos domínios do ultramar a satisfazer em frutos de civilização naquelas paragens, ainda quasi incultas, a dívida de educação, do ensino e da sustentação que o Estado lhes houvesse liberalizado...

Caldas Aulette, membro do Conselho Superior de Instrução Pública levou a sua ideia à apreciação do dito Conselho, tendo sido então, elaborado, um questionário que vamos transcrever, e que foi conduzido à apreciação do Conselho Ultramarino:

1.º Haverá nas colónias ultramarinas condições que tornem possível e útil o enviarem-se para ali casais de órfãos da Casa Pia (então na Casa havia recolhidos de ambos os sexos) destinados a povoarem terrenos ainda não cultivados?

2.º Que vantagens pode o Governo proporcionar a esses colonos? Está, porventura, autorizado a pagar-lhes os transportes, e fornecer-lhes os meios de habitação, terrenos apropriados à cultura e instrumentos aratórios com que os possam arrotear?

Poderá o Governo prover, emfim, à sua sustentação, durante o tempo em que não puderem com o seu trabalho acudir às primeiras necessidades?

3.º Convirá que outros colonos, não destinados exclusivamente à agricultura, sejam também enviados para aquelas possessões, tais como carpinteiros de casas e carros, pedreiros, canteiros, tecelões e artífices de outras indústrias mecânicas, ou também alunos instruídos nas mais fáceis aplicações das artes químicas?

Por aqui fica o questionário; do que lhe respondeu o Conselho Ultramarino nada sei, porém, o nosso objectivo é que está atingido: e qual foi ele?

Foi o de vir provar que o pensamento que recolhi na minha palestra tem a seu lado, se não no todo, na mór parte, a opinião do respeitado e sábio Caldas Aulette.

À nossa palestra deu a honra da sua assistência, como já aqui se disse, o sr. Ministro das Colónias, para quem vão as minhas saudações e o desejo de que no plano das suas realizações coloniais não olvide os rapazinhas da Casa Pia, Casa de velhas tradições que com honra as quer continuar, rapazinhas que poderão ser portuguesas de mérito, dignas da consideração de todos, e de que a prosperidade corõe os seus labores.

F. A. OLIVEIRA MARTINS

Da Assoc. dos Arq. Portug.

## Livros e publicações

Recebemos e agradecemos:

*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, N.º 12.

*Heraldo* (Nova Goa).

*Essmor Colonial et Marítie*.

*Tribune des Nations*.

*Azione Coloniale*.

## Itália-Abissínia e a Bélgica

(Conclusão da pág. 20)

gos forneçam armas, administrem uma missão militar ao inimigo de amanhã. É a origem das reacções de certos elementos populares, contra a Bélgica, a Suécia, etc., etc.

O governo de Roma, aliás, tem tomado medidas severas para evitar quanto possível que esse sentimento crie raízes.

Com efeito, a política internacional tem razões que a gente do povo não pode compreender. As potências cometeram o erro de admitir na S. D. N. a Etiópia, medida talvez prematura. Em seguida foram concluídos os acordos sobre o plano internacional, visando reforçar o Négus, fornecendo-lhe armas e instrutores para os seus exercitos, afim de que pudesse impôr a sua política de anti-escravatura na Abissínia. Ora, a Abissínia em teoria, está actualmente em paz e boa amizade com todo o mundo, incluindo a Itália que mantém relações diplomáticas com o Négus e com o seu ministro em Abdís-Abeba.

A Bélgica, tem na Etiópia, uma missão militar para lá enviada em virtude dum acôrdo official.

A situação dos nossos officiaes é tão falsa como a posição internacional, da qual depende a continuação do seu contrato, apenas válido durante o tempo da paz.

A Bélgica, isto é, algumas fábricas belgas, forneceram armas à Abissínia: muito poucas aliás. Estes contratos não tinham nenhum carácter official e, desde então, o nosso governo pode levar em conta a verdadeira situação, e, pelos meados de Abril, usar da sua influencia para fazer cessar toda a expedição de engenhos que podessem ser utilizados contra os nossos camaradas de Piave e Soeuma: as remessas são igualmente proibidas para a Itália.

Este acto amigável para um fiador de Lucarno, suscitou no governo numerosas críticas, opiniões severas e ataques violentos. Mesmo da parte dos publicistas, cujo horizonte político é limitado pelo lago Léman... sem falar das reclamações do Négus.

A medida, sendo bi-lateral, é inatacável. Se se contesta que a Itália pode fornecer-se de material próprio, a Abissínia não o podendo, invocam-se os acontecimentos e assim pode-se retorquir, achando bizarro, no campo das realidades, a assimilação dum aliado europeio com os povos africanos. Se se invoca o desejo de ver respeitar o direito civil, especialmente entre um comprador e um vendedor de armas, apontaremos um caso diferentemente revoltante no estado da política actual: o herdeiro dum espoliador deseja restituir o que não lhe pertence, ao legítimo proprietário; ameaçam-no, querem que ele conserve as ditas propriedades... é toda a história da Áustria honesta, dos bens dos Hausburgos e da "Pequena Entente... Eis um belo assunto, claro como o cristal, para quem defende o direito da honestidade!

Esperemos que o nosso governo por um lado, não se desvie da sua inteligente politica de amizade para com a Itália, e, por outro, que o governo italiano reconheça na primeira ocasião, que a Bélgica age para com elle em boa amiga, e que se lembra dos sofrimentos comuns na época da Guerra!

R. ANDRÉ D'HOIRT

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês **Guerra em Africa**

**A** PESAR da actividade febril mas desacreditada da Sociedade das Nações e das combinações trucidantes dos grandes políticos franceses e ingleses — ninguém acredita que o conflito italo-etiope venha a resolver-se tão pacificamente quanto o faz prever o optimismo das últimas notícias de Genebra.

O rompimento das hostilidades depende muito mais de circunstâncias meteorológicas do que das conversas internacionais. Que importa adiar, que significa adiar, no momento actual, se todos sabemos que, mais do que as considerações de ordem política, impõem o adiamento razões do clima abexim que não consente operações militares de qualquer espécie durante a estação das chuvas?

Não nos iludamos pois sôbre as convetsas de Genebra.

Os propósitos italianos continuam sendo tão claros quanto o eram — e a patriótica teimosia do Négus tão simpática como sempre o foi. Enquanto a Europa, através dos seus políticos, fatigada de conciliábulos, ansiosa de veraneio, dá a si própria este pretexto de tranquillidade, Mussolini apresta-se para atacar e o Négus prepara-se para se defender.

E com o Outono teremos, muito naturalmente a guerra.

Com que conseqüências?

Sabe-se lá como acaba uma guerra! Sabe-se lá mesmo quais as complicações que imediatamente resultam do facto de principiar!

Aceitando como boa a hipótese de não vir ter à Europa, tão combustível no momento presente, uma acha da fogueira que se está juntando em África — outras hipóteses de conseqüências são de formular.

1.º A Itália vence, realiza os seus planos. E a febre italiana de expansão colonial encontrará, durante algum tempo, a tranquillidade e a acalmia que hoje faltam, nesse campo, ao sossêgo da Europa. Deixaremos possivelmente de ouvir falar nas cubiças coloniais da Itália que se preocupará com a tarefa colonizadora dos novos territórios de que se apossou.

2.º A Itália não vence. O Négus continuará disfrutando da sua simpática independência, nos escaninhos das suas montanhas inacessíveis — e ganhará força um principio que a tôdas as polências coloniais interessa que seja forte e respeitável: que não se atenta impunemente contra a soberania dos povos livres e que desejam a vida livre a que têm direito.

H. G.

---

## Notas do mês

### Cabo Verde

Foi estabelecida a nova divisão judicial da colónia de Cabo Verde, que fica dividida em duas comarcas:

A de Sotavento, com séde na cidade da Praia, compreendendo as ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava, e os ilheus Secos;

A de Barlavento, com séde na cidade do Mindelo, compreendendo as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Boa Vista e Sal, e os ilheus Branco e Raso.

Nos concelhos da Ribeira Grande e do Paul funcionarão juizes instrutores, com as atribuições conferidas pela organização judiciária das colónias e Reforma Administrativa Ultramarina.

• Também vai ser publicado um diploma que autoriza o Governador de Cabo Verde a reforçar o Fundo de Reserva da colónia, por meio da abertura de um crédito especial.

• Foi autorizado o governador de Cabo Verde, a abrir um crédito extraordinário na importância de 500 contos, destinados a atenuar a grave crise agrícola e de desemprego, existente em algumas ilhas do arquipélago.

• Também vai ser publicado um decreto alterando a divisão judicial de Cabo Verde.

## Guiné

Vai ser publicado um decreto autorizando o governador da Guiné a abrir um crédito especial para pagamento dos vencimentos ao inspector superior de fazenda que ali foi inspeccionar os referidos serviços.

• A colónia da Guiné, faz-se representar no Congresso de Zoologia, que se realiza em Lisboa, pelo sr. coronel Valdez.

## S. Tomé e Príncipe

Ao Governador de S. Tomé foi aberto um crédito para pagamento dos funcionários adidos, resultante da reorganização dos serviços daquela colónia em que foram extintos alguns lugares.

• O governador de S. Tomé, comunicou ter inaugurado com a assistência das entidades oficiais e população o novo edifício do posto central meteorológico construído em local próprio na cidade de S. Tomé, obra muito desejada e necessária para conhecimento meteorológico das ilhas. Acrescenta que brevemente ficará assegurado o serviço meteorológico de ligação com outros postos e com as roças.

## Angola

Uma portaria do Governo Geral de Angola anulou uma concessão de 50.000 hectares de terreno na região dos Dembos e Icolo e Bembe, feita em 1929, à Companhia do Boror. O fundamento foi a mesma Companhia não ter observado as disposições legais em vigor, tendo sido declarado livre o mesmo terreno.

• Está sendo organizada, para funcionar em Setembro, em Nova Lisboa (Huambo) uma Exposição regional, que compreenderá todas as manifestações de actividade comercial, industrial, agrícola e pecuária da Província de Benguela. A parte etnográfica e de colonização está merecendo à sua comissão executiva uma especial atenção. Por vários motivos, este empreendimento vai constituir uma demonstração de vitalidade muito de aplaudir e digna de toda a protecção.

• Quando o sr. dr. Armindo Monteiro visitou Angola na qualidade de Ministro das Colónias autorizou a legalização gratuita, por parte do Estado, de parcelas de terrenos até 20 hectares a quais detentores que fossem considerados "colonos...". Duma lista publicada num jornal da colónia ("A Província de Angola...") vemos que foram, ao abrigo dessa autorização, concedidos e definitivamente titulados 60 parcelas de terreno com 790, 5.612 hectares, assim distribuídos: Província de Malange, 12 parcelas;

Benguela, 17; Huila, 29; Loanda, 2. Estão em curso, para serem concluídos, levantamentos relativos à concessão de de mais 222, correspondendo aproximadamente a 4.400 hectares.

• Vai ser criado, no Planalto de Benguela, o Sindicato Agrícola Pecuário, com sede em Nova Lisboa.

• Foi aprovado o projecto e respectivo orçamento, na importância de 1.000 contos, para a construção de enfermarias regionais para indígenas em Massia e Morumbene e ainda os projectos e orçamento na importância de 1.000 contos para a construção de 25 escolas de ensino rudimentar para indígenas.

• Vai ser publicado um diploma introduzindo algumas alterações no regulamento do Depósito Getal de Degredados de Angola.

• O governador de Angola pediu isenção de direitos para o rádio que vai adquirir para os serviços de saúde daquela colónia.

• Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias acerca do contrato entre o governo da colónia de Angola e o Caminho de Ferro de Benguela para transporte de malas de correio.

• O diploma que vai ser publicado relativo à criação em Angola da industria moageira, a que já nos referimos, defende, dentro das possibilidades de consumo interno, a cultura do trigo e fixa os limites da produção do mesmo cereal e as tabelas deste e da venda do pão.

• A moagem que mediante concurso público, vai ali fixar-se deverá ter a capacidade para uma laboração de 6.000 toneladas de farinha panificada, gosando, durante 10 anos, do exclusivo industrial.

• O governador geral de Angola propôs que fosse publicado um diploma com as condições que devem ser exigidas para a nomeação dum chefe para a Repartição Central dos Serviços de Instrução Pública daquela colónia.

• Regressou a Loanda, depois de um mês de viagem em visita oficial às províncias de Benguela e Huila, o sr. governador geral de Angola, que informou ter encontrado sempre durante a sua permanência nos diversos pontos daquelas províncias o maior entusiasmo e sincero apoio de leal colaboração com o Estado Novo, tendo sido aclamados nessas regiões o sr. Presidente da República, Presidente do Ministério e Ministro das Colónias.

• Acrescenta que muito o impressionou o fervoroso patriotismo, a ordem nos espíritos e na administração, apêgo à terra e a persistência no trabalho, todos com grande confiança no futuro e extraordinária fé nos homens do Estado Novo.

• O governador geral de Angola propôs a abertura dum crédito na importância de 700 contos para os trabalhos a efectuar no Caminho de Ferro de Loanda.

• O governo de Angola prorrogou o prazo para a exportação do café "Robusta", pelos portos do Lobito, Benguela e Mossâmedes.

• A canhoneira "Ibo...", do comando do capitão-tenente sr. Barbosa Carmona, vai substituir a canhoneira "Beira", na estação naval de Angola. A "Ibo", irá a S. João Baptista de Ajudá, em visita àquela nossa antiquíssima feitoria, onde há muitos anos não vai nenhum navio de guerra.

• Segundo telegrama recebido de Angola, continuam com grande actividade os trabalhos respeitantes ao fornecimento de água a Loanda e de luz eléctrica, estando muito adiantada a construção, da Central geradora da energia eléctrica.

• Foi comunicado ao governador de Angola para serem concedidas as facilidades à missão científica alemã, constituída pelo professor dr. Hanover, dr. E. Obst, professor da Universidade de Stellenbosch, dr. M. S. Taljaard

da mesma Universidade dr. G. C. Nel e dr. K. Kayrer, de Berlim, que vai proceder a investigações geomorfológicas na colónia de Angola em Agosto, Setembro, e Outubro próximo.

• Vai ser nomeada uma comissão incumbida de escolher um ou mais lotes de terreno em Benguela próprios para cultura e pastagens de gado, numa superfície não inferior a 400 hectares, destinados a fixação de colonos europeus.

• De futuro, o milho exportado pelos portos de Benguela e Lobito, será todo beneficiado pelas câmaras de expurgo e desinfecção que, em número de quatro, acabam de ser montadas, tendo cada uma delas capacidade para tratar 1.500 sacos deste cereal.

• A comissão destinada a angariar na colónia fundos para a subscrição destinada a aquisição do Palácio dos Condes de Almada, em Lisboa, na intenção de atender ao apêlo lançado pela comissão nacional da Restauração Portuguesa ficou composta pelos srs. Governador Geral, presidente de honra, tenente-coronel Garcez de Lencastre, governador da Província de Loanda, presidente; dr. Manuel Alves da Cunha, vigário capitular da diocese de Angola e Congo; capitão tenente Luiz Ferreira de Castro, chefe do Departamento Marítimo; António Correia de Freitas redactor principal de "A Província de Angola," e dr. Manuel da Cruz Malpique, professor do Liceu Central de "Salvador Correia," na qualidade de vogais.

• Segundo Telegrama recebido de Angola também se tem desenvolvido ali a cultura do algodão sob a direcção dum técnico especial. Foram alargadas as áreas para essas culturas em várias regiões. A praga dos gafanhotos é que a tem prejudicado bastante.

• Pela pasta das Colónias vai ser publicado um decreto aprovando a organização dos serviços de faróis em Angola.

• Devido especialmente à praga dos gafanhotos e às alterações climáticas averiguou-se uma baixa sensível na produção de açúcar na colónia de Angola.

• Na província de Angola está-se procedendo ao estudo para a fundação de escolas de ensino técnico comercial, industrial, agrícola e pecuário.

• Para estas últimas serão também montados estabelecimentos de ensino experimental.

• O governador geral de Angola pediu para ser aprovada a proposta de reorganização dos serviços de farolagem da colónia, e pediu também a nomeação de médicos veterinários aprovados no último concurso com destino à colónia.

• Vão ser criados sindicatos agrícolas nos pontos especialmente agrícolas na colónia de Angola onde ainda os não haja.

• Foi exonerado do cargo de gerente da casa da Metrópole de Loanda, o sr. Raul Pereira Caldas.

• Foi nomeado director da Casa da Metrópole em Loanda, o sr. Heitor Gualberto de Moraes Correia.

• Para a descoberta de jazigos de petróleo tem sido feitas várias sondagens em Inhambane.

• No Lago Angella estiveram a proceder a sondagens os drs. Karven e Undt. Tem dado entrada nas estações competentes requerimentos de vários indivíduos pedindo o averbamento de algumas zonas pesquisadas.

• O governador geral de Angola propôs que sejam esclarecidos em diploma a forma das novas nomeações relativas aos funcionários que já exerciam os respectivos cargos provisoriamente.

## Moçambique

Já estão feitos os estudos para a construção do caminho de ferro de Marraquene à Manhiça, estudos que foram levados a efeito pelo sr. Eugénio Lage.

• Foi mandada aplicar a pauta mínima ao sal importado da metrópole e doutras colónias para Moçambique.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, o combate à praga de gafanhotos, em tôdas as regiões atacadas por esses terríveis acrídeos, tem sido intensíssimo, tendo sido destruídos dezenas de milhares de focos e colhido grande número de toneladas de saltões, pelo que a situação agrícola da colónia melhorou consideravelmente.

• No exercício findo em 31 de Março de 1935, os lucros foram de Libs. 49.293 (contra um prejuízo de Libs. 24.592). A tonelagem manipulada neste pôrto foi de 812.980 toneladas, com um aumento de 108.482 toneladas, e, tem aumentado ainda mais nos dois primeiros meses do exercício em curso.

• O governador de Moçambique informa que a cultura indígena do algodão, que já é muito extensa, propõe para se aplicar, uma verba importante ao fomento algodoeiro da colónia, que de futuro será uma das maiores riquezas daquela colónia.

• O movimento postal, no interior da Colónia de Moçambique (administração do Estado), aumentou consideravelmente este ano nos serviços de vales e embolsos. Foram emitidos durante o ano 31.132 vales no valor de 48.292.602\$38. O número de encomendas e objectos sujeitos a embolso foi de 16.981 no valor de 2.308.804\$48.

Nos serviços gerais é o movimento representado por: vales emitidos 45.353 no valor de 49.958.989\$70. Objectos sujeitos a embolso: 29.148 no valor de 3.431.667\$29. Dêstes pertencem à Metrópole 11.716 no valor de 992.755\$07 e ao estrangeiro 437 no valor de 205.767\$54.

O movimento de correspondências postais foi um pouco menor do que no ano de 1933. Enquanto neste ano se expediram e receberam 7.833.257, em 1934 desceu este número para 7.800.781.

• Terminou o regime de manipulação de cerveja, com exclusivo em Lourenço Marques, pelas fábricas locais. A sua produção atingiu em 1934 cerca de 670.000 litros e foi sempre progressivo desde o principio do fabrico, que inicialmente era de 53.372 litros.

• Até ao fim do corrente ano a linha férrea de Lourenço Marques até à Moamba deve ficar com toda a sua sinalização e serviço de agulhas automático. Também este troço será dotado de iluminação electrica, compreendendo o projecto a extensão destes melhoramentos até à estação de Ressano Garcia, na fronteira com o Transvaal.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, sabe-se que a missão de delimitação de fronteiras daquela colónia chefiada pelo tenente coronel sr. Jorge de Castilho, está procedendo à revisão da fronteira desde Massequesse até Espungabera e de Massequesse até ao Rio Hande, trabalho este que está sendo feito em conjunto com a missão inglesa, chefiada pelo major Maasdorp.

Esta campanha será a última, se as condições atmosféricas permitirem ultimar todos os trabalhos, ficando assim revista e assinalada nos terrenos por marcas de cimento, toda a fronteira entre a Companhia de Moçambique e a Rodésia do Sul.

Na primeira campanha, foi revista a fronteira desde a confluência do Pafuri com o Limpopo até à confluência do Save com o Zumbi, ou sejam 160 quilómetros em linha recta. Na segunda foi revista a parte da fronteira compreendida entre a confluência do Save com o Zumbi até



---

---

# ANGOLA

---

---



---

---

## Baía do Lobito

---

---

Espungabera e na terceira, foram revistos uns pontos em discussão na região que fica entre Massequesse e Untali.

• Vai ser nomeado para ir inspecionar o material militar da colónia de Moçambique o tenente coronel de artilharia sr. Walter de Lima.

• No pòrto de Lourenço Marques foram exportadas o mês passado no "Dunbar Castle", aproximadamente 6.000 caixas de citrinas, das quais 4.500 caixas são provenientes da União. As restantes 1.500 caixas são dos pomares do distrito de Lourenço Marques.

• Encontra-se muito adiantado o primeiro trço do caminho de ferro do Vale do Limpopo.

O segundo trço deve iniciar-se logo que se ache construída a ponte sobre o rio Incomati, que deverá circular um morro de Magude e Vale Subjacente, seguindo quasi em linha recta até Motaze, onde cruzará com a actual estrada Xinavane-Vuijá para receber o tráfego não só de Guijá como também de Xibuto que é importante. O referido caminho de ferro terá dois trços, constando de 21 pontes e 14 aquedutos para atravessar as linhas de água existentes no percurso e, os dois últimos trços, isto é, do Guijá a Barragem projectada pelo engenheiro sr. Trigo de Moraes e de Lionde a Joéne, para cruzar os canais do projecto de irrigação.

Além destas obras de arte, terão de ser construídas 15 pontes, uma das quais sobre o rio Chassine com 80 metros, outra sobre o rio Incomati com 227 metros, outra sobre o rio Panfia com 45 metros e ainda outra sobre o rio Mazimchopes com 91 metros. Este caminho de ferro terá a extensão de 128 quilómetros e está orçada a sua construção em 370.000 libras.

Só a ponte sobre o rio Incomati custa 39.555 libras, o primeiro trço parte do quilómetro 128 da linha de Xinava (estação de Magude) em direcção a Chassine.

Todos os trabalhos referentes a este caminho de ferro são dirigidos pelo director das Obras Públicas de Moçambique sr. engenheiro Jardim Granger.

• Conferenciou largamente com o sr. Ministro das Colónias o sr. dr. Augusto Soares, administrador delegado da Companhia de Moçambique.

• A receita cobrada na província de Moçambique durante o ano económico 1934-1935 foi de 565.668 libras, 188.234 contos, incluindo 84 libras, 8.722 contos de

receita segundo o decreto N.º 24.770 e 2.357 contos e exercícios de 1933-1934.

A receita do ano económico 1933-1934 foi de 422.595 libras, 160.245 contos, incluindo 249 contos exercícios de 1932-1933.

• Foram aprovados os planos e respectivos orçamentos para a construção de dois edificios juntos ao Hospital Central de Lourenço Marques, um destinado à Maternidade e outro para Dispensário e sala de operações para indígenas sendo o seu custo de 3.000 contos.

• Em consequência da crise agrícola, comercial e industrial que a colónia de Moçambique está atravessando, o conselho de governo da colónia resolveu que fôsse nomeada uma comissão composta de alguns dos seus membros para estudar esse assunto sobre todos os aspectos, a fim de pedir ao governo central as necessárias providências para o progresso da colónia.

• Foi aprovado o projecto e respectivo orçamento na importância de 6.000 contos para a construção duma gafaria em Malaice, bem como toda a instalação adequada a essa gafaria, na colónia de Moçambique.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, estão ali sendo ensaiados vários tratamentos no sentido de se apurar com absoluta segurança quais os melhores processos para o tratamento de fruta destinada à exportação.

A mesma informação diz que as exportações para o estrangeiro e para a Metrópole de laranjas e toranjas têm aumentado muito ultimamente.

• O governo de Moçambique enviou 1.400 contos para satisfação dos encargos da mesma colónia na Metrópole.

Segundo comunicação recebida de Moçambique, a produção de algodão este ano foi muito maior que a dos anos anteriores.

Nas regiões algodoeiras daquela colónia vão ser estabelecidas mais algumas fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão.

## Índia

Foi anulado o concurso para adjudicação da ponte Cortalin sobre o rio Zuari, na Índia, devendo abrir-se

novo concurso para a empreitada dessa importante obra.

• Como produto de empréstimo que a Câmara Municipal de Goa vai realizar com a Caixa Económica Postal, será feito o abastecimento de água potável, electricidade e canalização de esgotos àquela cidade.

• Vai ser publicado um diploma determinando que nos concursos a realizar ou nas nomeações a fazer para o provimento dos lugares de escrivães das confrarias da Índia não poderão ser admitidos ou nomeados senão indivíduos que provem estar inscritos no catálogo de qualquer das confrarias.

#### Macau

Segundo comunicação recebida de Macau está feita a liquidação das contas relativas ao ano económico de 1934-1935, tendo sido as receitas arrecadadas na importância de patacas 4.808.857,12 e as despesas pagas na importância de patacas 4.487.746,28 sendo portanto o saldo positivo de 319.110,85.

• Foi assinado o contrato da concessão para o abastecimento de água potável à cidade de Macau, devendo as obras começar desde já e estar concluídas em Julho de 1936.

• O sr. Ministro das Colónias telegrafou ao governo de Macau, ordenando que por aquele governo seja publicado um diploma legislativo estabelecendo um imposto de 5 avos por kilograma sobre todo o açúcar de procedência estrangeira consumido em Macau. Como medida de protecção ao açúcar produzido nas colónias portuguesas.

• O governador de Macau propõe seja aprovada a verba precisa destinada ao Hospital de Santa Sancha para assistência a mulheres e crianças. A verba deve ser reforçada com 3.492 patacas.

#### Timor

Foi determinada a revisão do processo do antigo capitão dos portos de Timor sr. comandante Brito.

• O governador de Timor, em vista da falta de pessoal superior de Fazenda, pede que seja nomeado para ali um primeiro oficial de qualquer das colónias.

# 110

# estranjeiro

## Assistência financeira da Inglaterra às suas colónias

A Inglaterra, no exercício 1934-35 prestou às suas colónias uma assistência financeira que pode traduzir-se pelos seguintes números, expressos em libras:

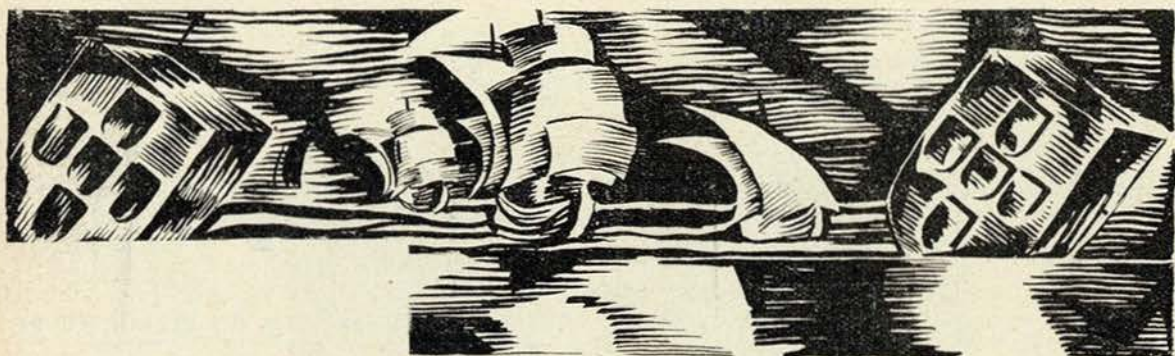
	Empréstimos	Subsídios
Kénia .....	103.700	77.445
Rodésia Norte.....	262.000	117.068
Nyassalândia .....	—	676.949
Somalia .....	—	41.762
Tanganyka.....	348.900	412.050
Uganda.....	—	19.259
Zanzibar.....	15.500	4.823

ÊSTE NÚMERO FOI VISADO  
PELA COMISSÃO DE CENSURA

## ANGOLA



Casas em Dala-Cachilo  
(Lesbobo)



# Império Colonial Português

Foi determinado que sejam publicadas nos *Boletins Officiais* de todas as colónias, a fim de terem a devida execução, as leis n.ºs 1:905 e 1:906, de 22 de Maio do corrente ano.



Deve ser publicado brevemente um diploma que autoriza os juizes de direito nas colónias a delegar nos administradores de circunscrição funções judiciais.



Vai ser publicado um decreto autorizando os governadores de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Índia, Macau e Timor a abrir créditos especiais para pagamento de vencimentos aos inspectores administrativos das colónias.



Foi publicada uma portaria determinando que os decretos n.º 23:764 (modifica e substitue o decreto n.º 21:952, que actualiza a legislação referente ao pessoal da marinha mercante) e 24:235 (altera diversas disposições acerca da classificação das embarcações) sejam postos em execução nos territórios do Império Colonial, na parte applicável e de harmonia com as condições especiais de cada colónia, conforme fôr regulamentado pelo governo da colónia respectiva.



A delegação portuguesa que vai tomar parte na Conferência Internacional Pan-Africana sobre Correios e Telégrafos, que se realiza em Pretória em Outubro próximo, é constituída pelos srs. inspectores dos Correios e Telégrafos Coloniais engenheiro Arnaldo Paiva de Carvalho, chefe da delegação e representante da colónia de Angola, Domingos António da Piedade Barreto, representante da colónia de Moçambique, engenheiro Mário Monteiro Macedo, chefe da Repartição dos Correios e Telégrafos do Ministério das Colónias, representante das colónias de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Macau e Timor, e Joaquim Arnaldo Rogado Quintino, 1.º official dos Correios e Telégrafos, como técnico e secretário da delegação.



Vai ser publicado um decreto dispensando o Conselho Administrativo do Banco Nacional Ultramarino do cumprimento, no prazo legal, da obrigação a que se refere o artigo 189.º e seu parágrafo do Código Commercial relativamente às contas de 1933-34.



Vai ser publicado um novo regulamento das Câmaras Municipais das colónias em harmonia com a Carta Orgânica do Império e com a reforma administrativa das mesmas.



Vai ser publicado um diploma adaptando os serviços aduaneiros à nova divisão administrativa de cada colónia, nos termos da reforma administrativa ultramarina.



Vão ser isentos aduaneiros todos os artigos de material de guerra importados pelos Governos das nossas colónias, que sejam adquiridos por intermédio da Direcção Geral Militar do Ministério das Colónias.

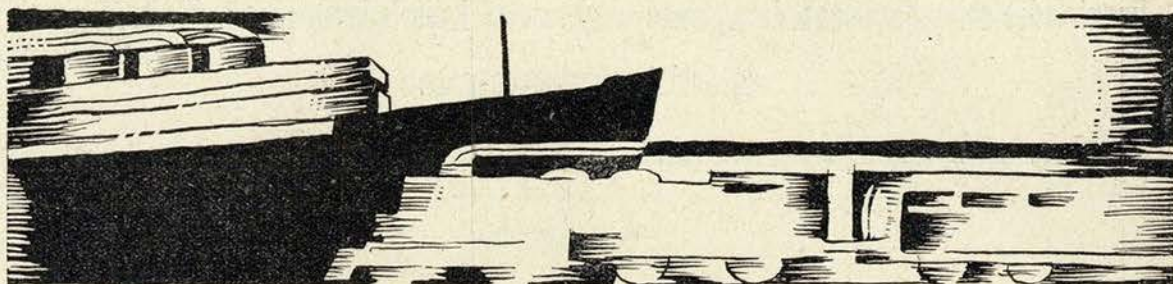


Vai ser publicado um decreto, que manda prestar serviço nas segundas repartições dos quartéis gerais e nos depósitos de material de guerra das colónias, os officiais do extinto quadro privativo das forças coloniais.



A benemérita Sociedade Luso-Africana, do Rio de Janeiro, que comemorou há pouco, com a maior solenidade e brilho, o seu quinto aniversário, projecta realizar, no próximo ano e por ocasião do seu sexto aniversário, uma "Semana do Ultramar Português", a que pretende dar o maior alcance e significação.

Essa "Semana", será a ampliação da sua participação na "Mostra de Turismo", deste ano que tão belo êxito teve.



# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1931	1932	1933	1934		1935					
	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Junho	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
LISBOA (cidade) . . . . .	1.302	1.636	1.304	1.303	1.335	1.292	1.293	1.526	1.323	1.261	1.342

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Junho
Cacau fino . . . . .	15 quilogr.	77\$00	38\$00
Cacau paiol . . . . .	»	62\$00	—
Cacau escolha . . . . .	»	36\$00	20\$00
Café de S. Tomé, fino . . . . .	»	(b) 210\$00	(d) 105\$00
Café de Novo Redondo . . . . .	»	124\$00	52\$00
Café de Ambriz . . . . .	»	123\$00	52\$00
Café de Encoje . . . . .	»	116\$00	47\$00
Café do Cazengo (de 2. <sup>a</sup> ) . . . . .	»	120\$00	47\$00
Coconote . . . . .	»	33\$00	14\$50
Copra . . . . .	»	42\$00	17\$00
Óleo de palma, mole . . . . .	»	45\$00	(e) 30\$00
Rícino . . . . .	»	27\$00	15\$00
Gergelim . . . . .	»	34\$00	18\$00
Algodão . . . . .	Quilog.	10\$00	6\$00
Cera . . . . .	»	16\$00	10\$50
Cola . . . . .	»	6\$00	(d) —
Açúcar, rama . . . . .	»	(c) 1\$70	(d) —
Milho . . . . .	»	\$94	(d) —
Coiros . . . . .	»	15\$00	5\$75

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas em

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz.....	484.253	—	2.992.582	—	—	—
Açúcar.....	12.387.066	—	—	19.052.208	—	—
Café.....	2.068.662	19.349	—	512	86.903	41.144
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	268.930	—	43.869	68.305	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	525.719	—	—	1.043.322	—	—
Sementes oleaginosas.....	3.162.378	742.608	8.009.203	383.619	2.325.986	—
Milho.....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	3.587	101	407	6.002	250	1.348
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	304.150	9.606	28.952	238.844	21.307	12.088
» » brancos (decalitros).....	74.759	2.058	5.253	178.040	2.817	823
» licorosos (decalitros).....	2.909	413	126	766	—	6.113
Conservas de vegetais..... quilo	65.714	1.881	8.159	95.655	5.487	8.727
Sardinhas em salmoura.....	928	—	—	—	108	—
Conservas de sardinha.....	16.738	672	5.322	77.663	3.591	2.877
Conservas de peixe não especificado.....	1.397	—	—	12.688	—	—
Cortiça em rolhas.....	332	31	—	800	6	—

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1935		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OPERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		30 de Junho		15 de Julho	
						C.	V.	C.	V.
123\$00	83\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves.....	94\$00	—	90\$00	97\$00
104\$00	80\$00	1-4-1935	1934	L. 4\$00	Agricultura Colonial (Soc.).....	83\$00	86\$00	83\$00	—
530\$00	375\$00	12-3-1935	1934	L. 20\$00	Açúcar de Angola.....	504\$50	505\$00	502\$00	505\$00
55\$00	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 <sup>2</sup> / <sub>3</sub>	Boror.....	30\$00	—	—	—
21\$00	11\$00		1927		Cabinda.....	11\$00	13\$00	13\$00	—
49\$50	33\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ...	33\$50	34\$50	33\$50	34\$00
46\$00	34\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em.	31\$00	—	—	—
20\$00	13\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	15\$00	22\$00	10\$00	—
190\$00	131\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe.....	155\$00	160\$00	155\$00	157\$00
12\$00	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	9\$40	10\$50	9\$40	9\$90

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Maio de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede) . . . . .	462.800	13.775.546	—	—	7.125.474	2.406.655
Banco N. Ultramarino (Sede)	13.849.020	7.455.583	180.233.872	97.974.194	161.057.782	128.562.673

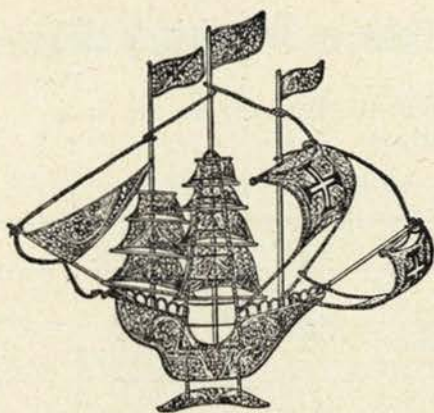
Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Junho de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1935	1935	1935
	Junho	Janeiro a Junho	Junho	Janeiro a Junho
<b>Reexportação :</b>				
Cacau . . . . .	548.505	3.872.331	1.359.331\$00	9.165.910\$00
Café . . . . .	162.609	1.300.361	496.968\$00	4.456.523\$00
Cera . . . . .	52.558	348.198	490.702\$00	3.191.803\$00
Outras mercadorias . . . . .	303.277	2.142.300	391.892\$00	2.679.191\$00
<b>Total . . . . .</b>	<b>1.066.949</b>	<b>7.663.190</b>	<b>2.738.893\$00</b>	<b>19.493.427\$00</b>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau . . . . .	—	33.450	—	82.000\$00
Café . . . . .	38.119	1.583.403	123.300\$00	5.756.520\$00
Cera . . . . .	2.310	41.736	22.000\$00	382.800\$00
Óleos de palma e côco . . . . .	—	25.331	—	19.360\$00
Outras mercadorias . . . . .	3.676.229	5.894.794	1.752.740\$00	4.474.720\$00
<b>Total . . . . .</b>	<b>3.716.658</b>	<b>7.578.714</b>	<b>1.898.040\$00</b>	<b>10.715.400\$00</b>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

MANUFATURA DE ARTIGOS DE OURIVESARIA



CASA FUNDADA EM 1880

## GASPAR VIEIRA

Sucessor de Vicente Gaspar Vieira & Filho Suc.  
**OURIVES—FABRICANTE—FORNECEDOR**

As mais lindas, artisticas e inimitáveis filigranas portuguesas.  
Pratas cinzeladas e grande variedade de artigos de ourivesaria.  
Exportador para Ilhas, Colónias Portuguesas e Estrangeiro  
Premiado na Exposição Internacional de Barcelona (1929)

DEPÓSITO PERMANENTE PARA REVENDA  
Rua do Bomfim, 217—PORTO—Portugal  
Telefone 2299

# “PORTUGAL COLONIAL”

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHES QUEIRAM CONFIAR.

## CONSULTÓRIO DE ASSUNTOS COLONIAIS

RECEBEM-SE DESDE JÁ CONSULTAS DOS SRS. LEITORES, ASSINANTES E ANUNCIANTES

# PORTUGAL COLONIAL

## REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

Director—HENRIQUE GALVÃO

**Assuntos económicos—comerciais agrícolas—industriais e financeiros. Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMARINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

*Metrópole e Ilhas Adjacentes:*

Avulso .....	3\$00
Semestre .....	18\$00
Ano .....	36\$00

*Colónias Portuguesas e Brasil:*

Avulso .....	1\$50
Semestre .....	25\$00
Ano .....	50\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00

